REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 45 / OUTUBRO A DEZEMBRO 96 / ANO 10

EDITORIAL

POVO MAUBERE PRÉMIO NOBEL DA PAZ

Quando o Comité Nobel decide distinguir com o Nobel da Paz duas personalidades como Ximenes Belo e Ramos Horta, que extremam o leque das várias formas pelas quais, em Timor-Leste, desde a caridade cristã (no seu sentido teológico) à luta armada, se resiste à ocupação indonésia, é bem o povo timorense que está a homenagear. Esteve aliás, essa entidade, "o povo de Timor-Leste" sempre presente na cerimónia de Oslo, com destaque para os excelentes discursos dos dois laureados que, expressa e frequentemente, invocaram o seu sofrimento, a sua luta, os seus direitos.

Se o discurso de Ramos Horta não surpreendeu, confirmando o estadista representante no exterior do Conselho Nacional da Resistência Maubere, já a peça de Ximenes Belo excedeu as expectativas. Formalmente muito bem construído e recheado de sensibilidade política, revelou como muitos dos silêncios do bispo, das meias-palavras e mesmo de algumas cedências a justificar por vezes interpretações na fronteira da ambiguidade, são ditados pelo melindre do seu estatuto, já que é no interior do território ocupado e em contacto com as instituições ocupantes, que se lhe exige o exercício da sua função.

A jornada de Oslo constituiu, até hoje, a mais significativa vitória dos timorenses e da resistência maubere, a mais expressiva e de maior repercussão internacional. E veio, por contraste, pôr em evidência a inconsequência dos repetidos encontros ministeriais entre Portugal e a Indonésia mediados pela ONU, cujos resultados, se reduzem à marcação do próximo encontro. Contraste que o próprio presidente do Comité Nobel, Francis Sejersted, pôs em destaque no seu discurso, quando falou do "*cinismo do mundo da política*" e da "*guerra injusta*".

* * *

Coincidindo, não certamente por acaso, com a atribuição do Nobel, o Estado Português decidiu, finalmente, incluir no Orçamento de Estado uma rubrica para Timor-Leste . Pena é que este gesto, importante e louvável, não se tenha libertado de uma certa dose de ambiguidade.

Compreende-se o cuidado de não explicitar,

(Continua na pág. 24)

SUMÁRIO

Editorial 1

Testemunhos 3

Opinião ..... 4 - 9

Ler, Ver e Ouvir ..... 10 - 19

Das Delegações e Núcleos ..... 20 - 21

Vida Associativa 22

Desporto e Recreio 23

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezaria Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

SAUDAÇÃO

NÃO HÁ MAIOR ALEGRIA QUE A INESPERADA.

É COM VIVA EMOÇÃO QUE TOMAMOS CONHECIMENTO DA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ AOS DOIS ILUSTRES E DIGNOS TIMORENSES D. XIMENES BELO E RAMOS HORTA. O PRESENTE PRÉMIO SIGNIFICA, SEM EQUÍVOCOS, MAIS UM FORTE CONTRIBUTO PARA O RECONHECIMENTO UNIVERSAL DA LEGÍTIMA ASPIRAÇÃO DO POVO MAUBERE À AUTODETERMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA.

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL FELICITA NAS PESSOAS DOS, AGORA, JUSTAMENTE GALARDOADOS, TODOS OS FILHOS DA TERRA DE XANANA GUSMÃO QUE, PATRIOTICAMENTE, CONTINUAM A LUTA PELA LIBERDADE A QUE TÊM DIREITO.

FRATERNAIS SAUDAÇÕES

A DIRECÇÃO

Na capa: *Tela pintada a óleo. Obra gentilmente oferecida à A25A, pela autora Mena Brito*

RECORDANDO...

O "TEACHER"

Em 1943, devido a doença, tive de deixar o Colégio Militar. Isso causou-me um enorme desgosto mas não impediu que, até hoje, continuasse profundamente ligado às velhas paredes colegiais e aos meus companheiros de juventude.

Feito o exame do 3.° ano (actual 7.°), matriculei-me no Liceu de Camões e nele vim a concluir o curso liceal. E foi aí que no meu caminho se cruzou o mais extraordinário professor que encontrei na vida e do qual fui aluno durante o 4.°, 5.° e 6.° anos (actuais 8.°, 9.° e 10.°).

Era um jovem recém-formado, cheio de entusiasmo, de ideias inovadoras e de alegria, um camarada e amigo que tanto jogava à bola connosco como nos dava umas aulas fantásticas das quais a monotonia era permanentemente banida. Tudo tão diferente das outras disciplinas...

Passámos a chamar-lhe o "Teacher", pois era professor de inglês.

Ele criou, para todas as turmas que ensinava, o "Sunday Entertainment" que era um jornal onde todos nós podíamos escrever histórias, anedotas e charadas mas tudo em inglês que ele, pacientemente, corrigia.

Ao sábado juntávamo-nos em casa do "Teacher" e aí fazíamos o jornal em "stencil", primeiramente à mão e só mais tarde à máquina de escrever. Depois, na 2.ª feira, tirávamos as cópias no Liceu. O jornal era qualquer coisa que sentíamos verdadeiramente como nossa e quando uns não podiam ir apareciam outros, pelo que nunca faltou gente para fazer o "Sunday".

Mas, além de seguir a matéria, o "Teacher" falava-nos muitas vezes da democracia inglesa, dos partidos, dos direitos do cidadão e de eleições. Assim, a pouco e pouco, fomos aprendendo o que era um regime democrático, tão diferente daquele em que viviamos.

Nunca houve qualquer denúncia. E em 7 de Maio de 1945, quando a Alemanha se rendeu aos Aliados, foi com a bandeira portuguesa e com o "Teacher" à frente que faltámos às aulas e viemos para a rua, percorrendo Lisboa a cantar, a gritar e a viver a liberdade da nossa primeira e lngénua manifestação política. Isto numa cidade onde, uma semana antes, a bandeira nacional estivera a meia haste em sinal de pesar pelo suicídio de Hitler.

Mas no 6.° ano (10.° actual) outra surpresa nos aguardava. O "Teacher" criou três partidos a que cada um aderiu livremente e foram eleitos os respectivos chefes. Foi assim que me vi transformado em chefe do Partido Radical. Os outros partidos eram o Conservador e o Renovador.

O que pretendiam estes partidos? Apenas disputar a direcção do jornal. Com esse objectivo foram elaborados, pelos alunos, os programas e marcaram-se eleições, com propaganda livremente publicada no "Sunday" ou apresentada em comícios organizados nas turmas. Tudo em inglês!

Pela primeira vez todos nós viviamos um cenário democrático e não posso deixar de perguntar a mim mesmo como tal foi possível há cinquenta anos e sem quaisquer represálias.

As primeiras eleições foram ganhas pelo Partido Conservador. No 2.° período houve nossas eleições de que foi vencedor o Partido Radical, pelo que passei a ser o director do "Sunday". E no 3.° período ganhou, logicamente, o Partido Renovador.

Nestas últimas eleições detectei contagem incorrecta de votos. Reclamei junto do "Teacher" mas este, com muita calma e franqueza, retorquiu e deu-me uma grande lição: "Tens razão. Mas nesta nossa democracia todos têm oportunidade de mandar".

Foi com este jovem professor que aprendi e, pela primeira vez, pratiquei democracia. Foi um pedagogo extraordinário, quer no ensino do inglês quer no ensino da democracia e é uma figura inesquecível e profundamente marcante da minha vida.

Depois o destino separou-nos e só voltei a ter notícias do "Teacher" através de um poema que ele me enviou na altura do 25 de Abril. Mas, no meio da confusão da época, perdi-lhe novamente o rasto.

Porém há meia dúzia de anos descobri que o "Teacher" se reformara e vivia em Faro. Restabeleci o contacto e desde então temos mantido ligação mais ou menos regular.

Mas quem é este homem extraordinário que tanto influenciou a minha vida? Chegou o momento de o revelar. Trata-se do Dr. Elviro Rocha Gomes, apoiante da A25A, a quem envio um grande abraço de muita gratidão por tudo o que me ensinou. Bem haja por isso!

Nuno Fisher Lopes Pires

AS "METAMORFOSES" DA IDEIA DE PROGRESSO

Sendo propósito deste artigo reflectir a questão "**As *Metamorfoses* da Ideia de Progresso**", nada mais interessante do que começar por problematizar o que o próprio tema parece pressupor; ou seja:

1. O que se quer dizer com a ideia de progresso?

2.Que sentido para a ideia de metamorfose da ideia de progresso?

3. Que critério para avaliar o progresso?

Talvez a melhor forma de começar a analisar o tema seja ***desconstruir*** o próprio tema. É uma espécie de vingança do chinês.

1. O que se quer dizer com a ideia de progresso?

A ideia de progresso teve na sua génese uma conotação militar. O progresso representava um passo em frente na direcção da linha do exército inimigo. Lembremo-nos que os primeiros exércitos combatiam de pé e frente a frente. Progredir (gressus = passo + pro = para diante) significava passar a frente do inimigo.

O Cristianismo humanizou a ideia de progresso, tornando-a numa filosofia de vida. Segundo Santo Agostinho (A *Cidade de Deus*), Deus, ao criar o homem e o universo, deu-lhes um sentido. O triunfo da fé e a difusão crescente do reino de Deus representavam o progresso da humanidade, uma vez que indicavam o caminho que esta devia percorrer para realizar os desígnios de Deus.

A ideia de progresso teve na sua génese uma conotação militar.

Na Idade Moderna, com o desenvolvimento das ciências, a ideia de progresso tornou-se o elemento central no modelo dos saberes científicos para a sociedade em geral e fez surgir a noção de história como antecipação do futuro por avaliação do passado. Esta concepção, desenvolvida posteriormente pelos filósofos das luzes, despertou um optimismo gnoseológico traduzido numa confiança ilimitada na ciência que, progredindo, construiria uma representação verdadeira e total do mundo.

A ideia de progresso, associando-se à ideia de ciência, torna-se, assim, central no paradigma da modernidade, configurando modelos de interpretação da história que, no dizer de Lyotard [1], legitimaram narrativas prometaicas, apostadas em servir os fins emancipatórios do homem. Neste sentido, se colocaram, desde o século XVIII até aos nossos dias, reformadores, progressistas e revolucionários.

... a ideia de progresso e a ideia de ciência se tornem tão próximas uma da outra a ponto de uma se definir pela outra: progride o que é científico; é científico o que progride.

Há duas razões, aparentemente óbvias, que justificam que o progresso científico se torne no modelo do próprio progresso. A primeira reside no facto de o desenvolvimento técnico-científico proporcionar aos que dele usufruem um melhor nível de vida, quer sob o ponto de vista cultural, quer sob o ponto de vista material; a segunda, porque os progressos da ciência são sempre o resultado da produção de novas teorias mais abrangentes e mais eficazes que as anteriores.

Compreende-se assim que a ideia de progresso e a ideia de ciência se tornem tão próximas uma da outra a ponto de uma se definir pela outra: progride o que é científico; é científico o que progride.

Segundo o ponto de vista do neopositivismo, o progresso faz-se por acumulação de conhecimentos continuamente adquiridos através do desafio permanente da pesquisa observacional para conduzir o conhecimento do erro para a verdade, sendo a última verdade a que mede todas as outras. Se formos suficientemente positivistas, se conseguirmos encontrar um significado positivo (verificável) para o que dizemos, somos capazes de destruir o obscurantismo e construir um mundo verdadeiramente científico, o que significava mais livre, mais justo e mais fraterno.

O projecto de construir "**uma concepção científica do mundo**" entusiasmou um grupo de físicos, matemáticos e filósofos, talvez os *maiores* do princípio deste século, que, até à sua dispersão pelo nazismo, quase sempre se reuniam em casa de Schlick em tertúlias conhecidas pelo **Círculo de Viena.**

Karl Popper, que também conviveu com esse Círculo, embora concorde que o critério científico é o único critério de avaliação do progresso, define, no entanto, de forma inovadora o critério científico de avaliação do progresso. Para este filósofo o critério de verificação não garante que os nossos juízos sejam verdadeiros. Não podemos dizer "**verifiquei, logo acontece**", pois **o que aconteceu no passado não pressupõe que sempre acontecerá no futuro.** E dá um exemplo: a proposição - "todos os cisnes são brancos" não tem sentido, pois é impossível comprovar todos e cada um dos exemplares do universo a que se refere o sujeito da proposição. No entanto, a proposição - "há pelo menos um cisne que não é branco" - ou - "nem todos os cisnes são brancos" - já terá sentido, uma vez que o confronto empírico conclusivo seria em princípio possível. Neste sentido, propõe que o princípio da verificabilidade seja substituído pelo "**Princípio da Falsificabilidade**". E acrescenta: "O máximo que se pode afirmar acerca de uma hipótese é que

[1] Cf. Lyotard, Jean-François. ***A Condição Pós-Moderna***, Gradiva, Lisboa, s/d. pp. 54-64

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

até agora revelou-se valiosa e foi mais bem sucedida que hipóteses rivais - embora, em princípio, ela nunca possa ser justificada".[2] O seu racionalismo crítico mantém, no entanto, uma fé inquebrantável na ciência, considerando que é o único domínio do saber humano em que há progresso. Escreve, a propósito: "A ciência é uma das poucas actividades humanas - talvez a única - na qual os erros são sistematicamente criticados e, com o tempo, corrigidos com uma apreciável frequência. É por isso que podemos dizer que em ciência aprendemos com os nossos erros, e é também por isso que podemos falar clara e sensatamente do progresso que nela fazemos. Na maior parte dos outros campos de actividade humana há mudança mas raramente progresso (a não ser que adoptemos uma visão muito estreita dos objectivos possíveis na nossa vida); é que quase todos os ganhos são anulados, ou, mais do que anulados, são perdidos. E, na maior parte dos domínios, nem sequer sabemos como avaliar a mudança. No campo da ciência, contudo, possuímos um critério de progresso: mesmo antes de submeter uma teoria a testes empíricos podemos dizer que, corroborada por esses testes, ela representará um avanço sobre outras teorias."[3]

...com a submissão da ciência à indústria de guerra,...

...tornou-se imperiosa uma reflexão sobre as conexões entre a ciência, os seus praticantes e a sociedade em geral, bem como sobre os valores e as normas que presidem à actividade científica.

Ora, esta circularidade - é científico o que progride; progride o que é científico só pode ser ultrapassada se sairmos fora do círculo para perguntar: ***mas, o que é a ciência?!...***

É na resposta a esta questão que procuro justificar o tema que me propus tratar. Analisando as mutações que sofreu o modo de reconhecer a ciência, talvez possa dar sentido à ideia de metamorfose da ideia de progresso.

2. Que sentido para a ideia de metamorfose da ideia de progresso?

Sob o ponto de vista biológico, a metamorfose é, como sabemos, um fenómeno de modificação da forma que sofrem alguns seres vivos, como os insectos, durante o seu desenvolvimento orgânico.

A ideia de progresso, estando em circularidade com a ideia de ciência, vai sofrer as modificações perspectivistas e conjunturais que sofre o modo de entender a ciência e, nesse sentido, é *metamorfoseada*.

A ciência foi na sua origem identificada com a "episteme". Significava um saber que se opunha à "doxa", uma vez que tinha uma característica fundamental: visava fornecer um conhecimento certo.

Tal ideia foi-se consolidando à medida que a ciência ganhava prestígio como saber autónomo, liberto de qualquer autoridade exterior. É assim que, a partir de Galileu e Newton, a ciência passa a ter os seus próprios critérios de legitimação e os factos que influenciam o seu progresso são considerados como unicamente constituídos pelos resultados obtidos em fases anteriores. O objectivo da ciência era, então, construir teorias que melhor correspondam ao que a "realidade" do mundo é "em-si-mesma" e a legitimação de tais teorias dependia apenas da confirmação ou refutação observacional.

Em tais circunstâncias, o progresso estava, tal como a ciência, marcado por uma finalidade - representar de forma mais fiel possível o mundo. A correspondência da teoria à realidade, constituíndo o valor de verdade da teoria, representava a direcção da ciência e ao mesmo tempo a direcção do progresso. O cientista torna-se, assim, no modelo do homem do progresso, pois é aquele que individualmente ou em grupo sabe aventurar-se no desconhecido, observando ou conjecturando, sempre à procura de novas teorias que correspondam aos factos, ou, como prefere Popper, que possuam "maior capacidade de explicação e poder de precisão"[4], sendo em relação às suas convicções teóricas, aberto e despreconceituado, pois é capaz de as abandonar desde que os testes o aconselhem. É nesta perspectiva que se desenvolve a ideologia da neutralidade científica.

A Teoria da Relatividade e a Mecânica Quântica puseram em causa o conceito de objectividade tradicional, chamando a atenção para as interferências determinantes do observador na observação. A distinção homem/ /natureza, sujeito/objecto, observador/observável na qual se apoiava a ideia de uma *ciência-espelho-da-natureza* torna-se artificial: o "mundo real" deixa de ser entendido como um mundo "em-si", em relação ao qual se procura uma correspondência entre factos e teorias. O "mundo real" torna-se um mundo construído por conceitos, imagens e metáforas que configuram um determinado sistema de crenças. O progresso científico como aproximação progressiva à verdade deixa, portanto, de ter sentido, uma vez que a verdade é relativa a um determinado sistema de interpretação.

Por outo lado, com a submissão da ciência à indústria de guerra, nomeadamente durante a primeira guerra mundial, no Terceiro Reich e de uma forma terrífica com Hiroshima e Nagasaki, tornou-se imperiosa uma reflexão sobre as conexões entre a ciência, os seus praticantes e a sociedade em geral, bem como sobre os valores e as normas que presidem à actividade científica. Não fazia sentido continuar a considerar incondicionalmente bom um progresso científico que produzia o terror; nem fazia também sentido continuar a defender que a natureza da ciência podia ser compreendida sem qualquer referência a interesses específicos ou motivações particulares, uma vez que os

[2] Popper, Karl R. **Conjecturas e Refutações**, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982. p. 269

[3] Ibidem,. p. 242

[4] Cf. ***Conjecturas e Refutações***, p. 243

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

compromissos dos cientistas com interesses políticos e económicos eram evidentes.

Robert Merton [5] é o primeiro a reconhecer que a industrialização da ciência criou pressões sobre os cientistas e que os próprios cientistas organizam o seu trabalho, segundo regras e valores próprios.

Torna-se necessário, então, reformular a questão - o que é a ciência? A resposta a esta questão terá de ser procurada nas seguintes questões: qual a natureza do grupo que pratica a ciência? Quais as suas crenças, os valores que defendem e o modo como investigam? Esta tarefa foi desenvolvida por Thomas Kuhn no seu livro "**A Estrutura das Revoluções Científicas**".

O progresso não tem um plano pré-estabelecido, porque tem mais a ver com o passado do que com o futuro; não é direccional, porque não visa a conquista da verdade, nem da perfeição; não progride de forma homogénea e continuada, porque é feito de insucessos e mutações nas formas como as comunidades científicas interpretam o mundo.

Para Kuhn a ciência não é um conhecimento que visa a verdade, mas uma actividade humana de "resolução de enigmas" [6]. Pratica-se em grupo - "Comunidade Científica" - que adopta um "modo de ver" e "de praticar" que Kuhn designa por "paradigma" [7]. Não há ciência sem um paradigma ou fora de uma comunidade científica.

Como sabemos, esta concepção é de um físico que estudou durante vinte anos a história da ciência e que da história da ciência passou para a epistemologia, sendo hoje considerado o Fundador da Nova Filosofia da Ciência.

O "peso" institucional da comunidade científica ganha, em Kuhn, uma autoridade cognitiva e normativa que a torna no verdadeiro sujeito da actividade científica. É ela que define as "regras do jogo" da ciência e é ela que avalia o progresso científico. Sob o ponto de vista institucional, a comunidade científica faz a formação, produção e controlo do saber científico; sob o ponto de vista social, impõe o que deve ou não deve ser entendido por ciência, e, sob o ponto de vista cognitivo, define os problemas com que o cientista se deve ocupar e avalia os resultados alcançados. [8]

O progresso não é, na perspectiva kuhniana, obra duma aventura individual, metódica e lúdica. O cientista é, de forma geral, conservador. "É frequente o indivíduo envolvido na solução de enigmas oferecer resistência às novidades que se apresentam, e fá-lo por razões muito aceitáveis. Para ele, trata-se de alterar as regras do jogo e qualquer alteração de regras é intrinsecamente subversiva". [9] Por isso, o "normal" funcionamento da ciência caracteriza-se por um trabalho de investigação na base do paradigma aceite pela comunidade científica. O progresso nesta fase persegue essencialmente três objectivos: primeiro, encontrar os factos significativos no âmbito do paradigma; segundo, estabelecer as concordâncias dos factos com a teoria; terceiro, garantir o rigor e a precisão da teoria. A crise originada pelo enfraquecimento das convicções na capacidade do paradigma - isto é, a consciência de que o paradigma não responde às expectativas criadas na resolução de um enigma - é, de início, apenas partilhada por um grupo minoritário de cientistas, geralmente os mais novos, manifestando-se entre eles uma descrença em relação ao paradigma dominante. "Tais homens, sendo pouco comprometidos com as regras tradicionais da ciência normal em razão da sua limitada prática científica anterior, têm grande probabilidade de perceber que tais regras não mais definem alternativas viáveis e de conceber um outro conjunto que possa substituí-las". [10]

A substituição de um paradigma por outro não é tarefa fácil e, por isso, no entender de Kuhn, constitui um processo revolucionário. "Tal como a escolha entre duas instituições políticas em competição, a escolha entre paradigmas em competição demonstra ser uma escolha entre modos incompatíveis de "ver o mundo" e trabalhar" na comunidade científica." [11] O novo paradigma só triunfará se conseguir convencer a comunidade científica. E há sempre argumentos a favor e contra: quem está convencido de que o seu paradigma fornece a "verdade" está fixado nessa crença e não aceita outro ponto de vista. Consequentemente, a transição de um paradigma a outro não pode ser feita por um processo gradual de demonstração lógica ou empírica. Entre os paradigmas há uma ***incomensurabilidade**: ou* se é convertido ao novo paradigma ou então o mesmo não é aceite.

O progresso científico tem agora como base do seu processo a dimensão humana. Não são as "teorias" que falam pelos factos, prevendo conclusões, avaliando resultados, mas é o cientista ou grupo de cientistas que "fala" pela teoria, justificando as respostas que a mesma dá para os problemas levantados e tentando persuadir com

---

[5] Merton, Rober, ***The Sociology of Science-Theoretical and Empirical Investigations***, Ed. The University of Chicago press, Chicago, 1973

[6] Kuhn Th.S. **A Estrutura das Revoluções Científicas,** Editora Perspectiva. São Paulo, 1990. pp. 58-59

[7] Kuhn utilizou o conceito de paradigma em dois sentidos. Num dos sentidos, um paradigma é uma «concepção do mundo» que, pressupondo um "modo de ver" e "de praticar", engloba teorias específicas, instrumentação, conceptualização e metodologia; noutro sentido, o conceito é utilizado para designar «realizações científicas concretas» capazes de fornecer "modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica" (Cf. **Estrutura das Revoluções Científicas.** p. 30). Assim, a descrição de Newton do movimento de um planeta ou a descrição de Franklin da garrafa de Leyden são, respectivamente, exemplos de paradigmas para a prática da mecânica e para a ciência da electricidade.

Kuhn também designa estes «modelos concretos» como «modelos exemplares».

[8] Cf., **A Estrutura das Revoluções Científicas,** pp. 210-211

[9] Idem. *A Função do Dogma na Investigação Científica.* in **História e Prática das Ciências** Ed. A Regra do Jogo, Lisboa, 1979. p. 120

[10] Idem. **A Estrutura das Revoluções Científicas, p. 122**

[11] Idem. **A Estrutura das Revoluções Científicas, p. 127**

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

argumentos a seu favor. A comunidade científica não tem como preocupação a verdade das teorias, mas os valores da eficácia, da coerência, da compreensibilidade, etc., que as mesmas sugerem. Decidir-se por um novo paradigma é convencer-se de que "um conjunto de argumentos é mais decisivo que outro." [12] Por isso, esclarece Kuhn: "a analogia que relaciona a evolução dos organismos com a evolução das ideias científicas pode facilmente ser levada longe demais". Mas, tal analogia no que diz respeito ao progresso realizado pela substituição de um paradigma é "quase perfeita, (...) corresponde à selecção pelo conflito da maneira mais adequada de praticar a ciência." [13]

Mudando o modo de entender a ciência mudou-se, portanto, o própio sentido do progresso. O progresso não tem um plano pré-estabelecido, porque tem mais a ver com o passado do que com o futuro; não é direcçional, porque não visa a conquista da verdade, nem da perfeição; não progride de forma homogénea e continuada, porque é feito de insucessos e mutações nas formas como as comunidades científicas interpretam o mundo.

3. Que critério para avaliar o progresso?

A ideia de progresso está, hoje, dominada por uma dimensão humana: a ciência progride, produzindo modelos de interpretação do mundo cujos critérios de legitimação são ditados por valores adoptados por uma determinada comunidade científica. Não é, por isso, possível avaliar o progresso científico fora duma perspectiva antropológica.

A escolha entre paradigmas, decidindo-se pela persuasão, exige respeito pelo princípio da dignidade humana e tem como intencionalidade produzir "consensos" que transformam a comunidade científica numa comunidade eticamente solidária. Neste sentido, a ideia de progresso está marcada por uma intencionalidade, que terá de ser configurada pela articulação das "virtudes" cognitivas de um paradigma com a responsabilidade ética do "modo de ver" e "de praticar" a ciência que o mesmo pressupõe.

A comunidade científica, constituindo uma comunidade de sujeitos imputáveis cuja boa-fé no progresso se presume, não pode deixar de prescrever para a prática científica uma responsabilidade perante o sentido que é dado à vida e ao mundo. O direito à felicidade deve, assim, ser recuperado pela ciência e a comunidade científica,

Não é, por isso, possível avaliar o progresso científico fora duma perspectiva antropológica.

ao realizar o progresso, terá de dar prioridade aos *saberes da vida* (tradicionalmente ligados às humanidades), sobre os *saberes físico--naturais*. É que a natureza físico--natural cada vez é mais uma segunda natureza do homem.

O progresso só tem, portanto, sentido se, saindo da circularidade - o progresso explica a ciência; a ciência explica o progresso - for visto como uma categoria antropológica.

Um tal sentido do progresso não pode ser determinado por um discurso antropológico que utiliza como marcos fundamentais a dicotomia "corpo/alma", "matéria/espírito" ou "corpo/mente". Por um lado, os termos "alma" e "espírito", por exemplo, foram relegados para o discurso religioso, o qual, como sabemos, está também em processo de redefinição; por outro lado, o binómio "corpo/mente" tem sido posto em causa pelos desenvolvimentos no domínio da neurofisiologia e da inteligência artificial. O progresso como categoria antropológica deve dar prioridade ao sentido estético da vida: as escolhas são ***razões dos desejos***, porque, como diz Jean-Paul Resweber "o valor é uma figura do desejável e não uma mera expressão subjectiva do desejo. A dimensão objectiva do desejo, reconhecida como dimensão estética, institui o valor sobre os alicerces da relação, uma vez que as representações que ele atrai a si são, em última análise, símbolos fundadores do reconhecimento, da reciprocidade e da fruição." [14] Desta forma, o progresso reconhecerá nele uma razão de bem justamente porque é progresso; e, neste sentido, abre a ciência aos valores da vida.

Caso contrário, talvez tenhamos de dar razão a John Searle que, na sua obra *Mente, Cérebro e Ciência,* depois de se ter referido à dificuldade em definir o termo "mente", afirma: "a situação em torno da palavra *ciência* é ainda pior: Se pudesse, dispensaria alegremente esta palavra: *Ciência,* tornou-se um termo honorífico (...)" [15]

Mas, não receamos apenas o facto de a ciência dar um título honorífico ao progresso: pior do que isso é em nome da ciência o progresso se transformar numa arma de extermínio da fruição da natureza, do direito à felicidade e ao gosto de viver.

É contra isso que devemos apelar aos físicos, aos antropólogos, aos urbanistas e aos ambientalistas para que transformem o progresso na mais maravilhosa invenção do espírito humano, harmonizando a ciência com o direito à felicidade: à felicidade de cada um viver a vida, respeitando a dignidade da própria vida.

João Baptista Magalhães
Sócio da A25A
Prof. do Ensino Secundáro

[12] Ibidem. p. 246

[13] Ibidem. p. 215

[14] Resweber, Jean Paul, **La Philosophie des Valeur**, PUF, Paris. 1992. p. 5

[15] Searle. John, **Mente, Cérebro e Ciência**. Ed 70, Lisboa. p. 15

DIVULGUE O BOLETIM

REVISÃO CONSTITUCIONAL - DEFESA NACIONAL

Transcrevem-se a seguir os aspectos essenciais relativos ao projecto de revisão constitucional, apresentado pelo signatário na Assembleia da República em 8 de Fevereiro de 1996 e "defendido" - a convite do Presidente da Comissão Eventual de Revisão Constitucional - na Sala do Senado, em 12 de Setembro:

1. A apresentação do modesto contributo que entendi por bem entregar nesta Assembleia da República (AR), no passado dia 8 de Fevereiro, no que concerne à modificação do **Título X/Parte III** da Constituição - consagrado à **«Defesa Nacional»** (DN) - não resultou de um impulso momentâneo ou de uma qualquer vaidade desprospitada.

Tomei a iniciativa no sentido de condensar ***um pensamento*** que já vinha expressando e divulgando em diversos orgãos de comunicação social.

O primeiro artigo que tive o ensejo de escrever (uma vez que já me encontrava na situação de reformado voluntariamente) e que o semanário "Expresso" publicou em 30.Nov.91 contém as linhas essenciais que, desde há longos anos (pós-revolução de Abril), alicerçam a visualização que tenho acerca das Forças Armadas (FA) para Portugal.

2. Os estudos sobre a **reestruturação** e o **redimensionamento** das FA continuam em "marcha lenta" e submetidos a visões megalómanas, carentes de decisões políticas corajosas.

Não poderemos é passar a vida a fazer «estudos», «seminários» ou a criar «centros de reflexão»! Sejamos humildes e reconheçamos que tudo está estudado, reflectido e testado para seguirmos decididamente em frente.

Certamente que a AR irá *reavaliar* o exagero das medidas estruturais orgânicas programadas para os três ramos das FA, já que parece imperativo reduzi-las, adaptá--las e modernizá-las à medida de um país territorialmente pequeno, financeiramente débil, com grandes carências de outra ordem a exigirem maior prioridade de resolução.

Somos pioneiros da Aliança Atlântica e integramos a União Europeia Ocidental (UEO), como pilar da política de defesa e segurança comum europeia, onde Portugal tem o pleno direito de negociar "projectos bilaterais". Como é sabido, a UEO irá ter «os meios para exercer um controlo político e militar em operações decididas apenas pelos aliados europeus para resolver eventuais crises regionais».

Os nossos aliados conhecem-nos bem e sabem que carecemos de apoios substanciais para podermos participar em operações do tipo «Forças Combinadas Conjuntas». Temos que ter consciência disso e, sem descurar as condições mínimas à formação técnica no nosso país, há que formar alguns quadros técnicos e utilizar equipamentos (excessivamente caros) em países aliados.

O **objectivo** que deve presidir à reestruturação das FA pode resumir-se a:

- *conseguir uma "defesa militar"* ***mais eficaz*** *e* ***menos dispendiosa***.

3. As FA, como qualquer grande empresa do sector produtivo, só são viáveis e só se justificam, se garantirem limites rentáveis de produtividade. Ora o "produto final" das FA é, fundamentalmente, a "feitura da guerra" (que ninguém deseja) ou a "manutenção da paz" por meios de actuação dissuasora.

Num e noutro casos e nos tempos actuais, os "trabalhadores", ou seja, os "potenciais combatentes", têm de ser competentes e eficazes no seu mister, proporcionando ao material moderno e tecnologicamente sofisticado o rendimento que ele produz, se bem operacionalizado.

Os militares só poderão corresponder a esse desiderato, se possuirem craveira intelectual, competência técnica e destreza psicofísica.

Destas capacidades, umas são inatas e outras só se adquirem com elevado, cuidadoso e persistente treino (com instrutores e monitores de elevado gabarito). Mas não são 12 meses, nem 8 e muito menos 4, de instrução militar, que habilitam qualquer mancebo a ficar, minimamente, "apto" a participar em acções no "campo de batalha" do séc. XXI.

Por isto e por muito mais (que não há tempo para desenvolver), o Estado Português não deverá continuar a alimentar um sistema de "**SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO**" (SMO) baseado em mancebos conscritos retirados abruptamente e contra a sua vontade, ao tecido social civil.

Entendo que a DN constitui um vector de ***cidadania***, mas o SMO não.

Também não podemos pensar nas FA como uma "agência de empregos" ou como "animação" das localidades onde há aquartelamentos.

Há quem defenda a ideia de que, para se ser "bom patriota" e não pôr em risco a "coesão nacional", tem que se passar pelas fileiras militares! Por considerar que assim não é, inscrevi na m/ proposta de alteração à Constituição que:

... «compete à ***Escola*** *formar as novas gerações no sentimento de unidade nacional, de solidariedade entre os cidadãos e entre os povos, no pensamento democrático e na vontade colectiva de defesa nacional».*

Atentemos nas mudanças operadas e em curso nos países nossos parceiros e vizinhos da União Europeia, no que respeita à redução e profissionalização das suas FA. Será que desejamos ensaiar, tambem aqui, a "tenebrosa" acção política do «orgulhosamente sós»?

Todos sabemos que alguns daqueles países sentiram os efeitos "humilhantes" de uma medíocre intervenção na "guerra do Golfo" por "não disporem de forças profissionais com elevadíssimo grau de preparação".

4. Está provado que **a eficácia militar** (1.ª vertente do objectivo) só pode atingir--se com um «**SISTEMA MILITAR PROFISSIONAL**» e com a inerente reformulação das missões/forças actualmente vigentes, trabalho a encetar desde já e a concluir no prazo máximo de seis anos.

E não venham alguns agitar os medos duma "força pretoriana" revelando desconfiança pela força legítima do poder civil democrático.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Temos, contudo, que assegurar a esse Sistema uma feição humanística, de intercâmbio e estreita ligação à sociedade civil, com especial abertura às escolas. Os jovens podem não escolher o "ofício das armas", mas devem conhecer o que são e para que servem os quartéis.

As tropas profissionais estarão aptas a enquadrar as populações, numa eventual necessidade de passagem à situação de "resistência activa ou passiva" (instrução deste teor já é ministrada, há muito tempo, aos quadros permanentes, na Unidade de Operações Especiais, em Lamego).

A filosofia de captação de "voluntários" para a profissão militar, em função dos perfis adequados às diversas especialidades, deveria assentar directamente no "mercado de trabalho", em regime de "alistamento contínuo", como acontece já em vários países europeus da nossa dimensão.

5. A outra vertente do objectivo a alcançar - **redução das despesas** - implica duas acções:

1.ª) No campo dos EFECTIVOS:

- Não ultrapassar os 15 mil homens/ /mulheres.

- Reduzir, proporcionalmente, os quantitativos de oficiais generais e oficiais superiores.

- Fundir os Estados-Maiores dos Ramos e o EMGFA num «Estado Maior Conjunto», por forma a criar uma estrutura única de comando, direcção e planeamento, menos pesada e mais eficiente.

- Disponibilizar o pessoal civil supérfluo em certos sectores, para redistribuição por outros organismos do Estado dele carentes.

- Acabar com a figura de discórdia, que é o «objector de consciência» (o m/ projecto elimina-a graças ao novo conceito de «serviço cívico» e à proposta de «extinção do SMO»).

2.ª) No campo das DESPESAS, poupar-se-á:

- Com essa extinção do SMO.

- Com a redução de efectivos.

- Com o abaixamento orgânico dos postos de chefes/directores de muitos departamentos e repartições (a fundir/ /extinguir).

- Com a alienação de património (móvel e imóvel) que só acarreta despesas de manutenção e hipotecamento de pessoal.

- Com a concentração de meios humanos e materiais, hoje dispersos por múltiplas unidades, estabelecimentos e orgãos militares, a desenvolverem missões análogas.

6. Em suma: O novo texto constitucional não deverá alimentar um Sistema Militar que não garanta a existência de **soldados de qualidade**, uma vez que é por aí que temos de começar, se desejarmos umas (reduzidas) Forças Armadas úteis e capazes de se confrontarem com as tecnologias do séc. XXI.

7. Concretamente, as quatro notas seguintes sintetisam os aspectos essenciais do projecto apresentado:

Nota 1:

*Na redifinição dos «**objectivos da defesa nacional**»* (actual art.° 273.°, ponto 2), *foram complementados os seguintes aspectos:*

- A adopção de uma «**estratégia adequada às reais possibilidades, limitações e condicionantes do país**» no respeito incondicional dos «**compromissos internacionais assumidos pelo Estado, contribuindo para a execução dos planos estabelecidos**» (em convenções de natureza internacional);

- Inclusão da «**salvaguarda, individual e colectivamente, dos valores morais e materiais da comunidade e defesa do meio ambiente**»;

- Caracterização dos adequados «**sistemas de forças, militar e não militar**», racionalizados à medida das reais capacidades do país.

Nota 2:

Atribuí ao Conselho Superior de Defesa Nacional (art.° 274.°) *o dever de se pronunciar (e responsabilizar) sobre assuntos relativos à «**formação, investigação, equipamento e eficácia**» das Forças Armadas.*

Nota 3:

*Pretendi separar as componentes de DN articulando-as em vectores "morais" e "materiais/bélicos" respectivamente e em artigos distintos: «**Defesa da Pátria**»* (onde os papéis da família e da escola são preponderantes) *e «**Defesa Militar**»* (onde o actual SMO/SEN dá lugar a um «sistema profissional militar» constituído por um «corpo permanente/voluntário de quadros e tropas profissionais, de efectivos limitados, rigorosamente seleccionados e formados» e à existência (eventual) de um «subsistema para o Exército»); *se aquela compete a todos os portugueses (sejam quais forem as suas "ferramentas" de intervenção), esta incumbe especificamente às FA.*

No n.° 4 do actual art.° 275.° («Forças Armadas», que passa à designação de «Defesa Militar»), foi acrescentada a interdição do uso «de tecnologias militares» e conhecimentos de uma determinada «especialidade» para intervenção política.

Foi dada ênfase ao dever das FA colaborarem em «tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, inclusivamente em situações de calamidade pública».

Nota 4:

No âmbito da DN, admiti a existência de um «**sistema não profissional de prestação voluntária de serviço cívico nas instituições não militares de utilidade pública**», a regulamentar por lei. Acabar-se-á, assim, com a polémica figura do «**objector de consciência**».

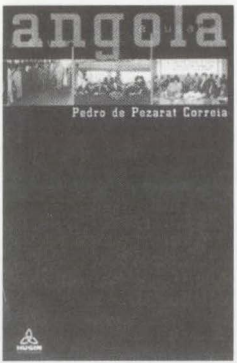
Eliminei a disposição que proibe qualquer cidadão de «conservar ou obter emprego do Estado ou de outra entidade pública, se deixar de cumprir os seus deveres militares ou de serviço cívico» (n.° 6 do actual art.° 276.°).

*O «serviço cívico» destinar-se-á a jovens, no mínimo com a escolaridade obrigatória completa, à procura do primeiro emprego. Haveria um "departamento interministerial" que aceitaria os «voluntários» predispostos a trabalhar em "**instituições de solidariedade social, humanitárias, protecção do ambiente, etc.**".*

Este serviço prestado voluntariamente à comunidade civil, deixa de ter qualquer vínculo à "componente militar", até porque o serviço militar de conscrição seria extinto.

Lisboa, 10.09.96

(Manuel Jorge Caramelo)
Sócio fund./A25A - n.° 636



O OVO DA SERPENTE

(Acerca do Livro de Pezarat Correia *Angola: do Alvor a Lusaka*)

Os vincos da realidade social aparecem sempre po mais que se pretenda ocultá-la por detrás de qualquer aparência retórica. Estas considerações vêm a propósito do livro de Pezarat Correia *Angola: do Alvor a Lusaka* que tem uma importância considerável para a compreensão da complexa situação política, social e económica que Angola vive desde a descolonização.

Em obra anterior (1) já o autor se debruçara sobre ela, utilizando muito do conhecimento que pessoalmente tinha do processo, do qual foi um dos intervenientes.

Melo Antunes no *prefácio* realça que o conteúdo do actual livro não se limita à análise da sequência factual dos acontecimentos para penetrar na conceptualização do conflito angolano, e parte do conceito do autor das "várias guerras civis cruzadas", admitindo que "vêm de muito antes" (p. 11), para na sua intervenção oral quando da apresentação do livro e publicada no *Referencial*, n.° 44 de Julho a Setembro de 1996, a sintetizar primorosamente como "guerra civil permanente" (p. 9 do n.° citado do *Referencial*).

Infere-se daqui que esta guerra civil, iniciada antes da independência e continuada até hoje, está ligada a um fenómeno estrutural permanente e mais profundo que as conjunturas resultantes da modificação do sistema político em Portugal, da guerra fria e até da nova ordem política internacional.

Um estudo aprofundado da História e da sociedade angolanas mostra-nos estes factos.

Antes da ocupação do território pelos portugueses viviam nele vários povos de culturas diferentes que lutavam pela sua posse e continuaram a fazê-lo mesmo sob a nominal ocupação dos colonizadores.

Pode-se vislumbrar esta realidade por meio de alguns livros como a *História geral das guerras angolanas*, de Cadornega (2), *Les Guerres grises: Résistence et révoltes en Angola (1845-1941)* (3) e *La Colonie du Minotaure: Nationalisme et révoltes en Angola, (1926-1961)* (4), ambos de René Pélissier, e no entanto esta matéria encontra-se muito pouco desbravada não obstante a riqueza documental existente no Arquivo Histórico Ultramarino que é muito pouco frequentado pelos investigadores nacionais.

A colonização de Angola é recente e só a retórica colonialista queria ver nela um novo Brasil mistificando o facto da estruturação humana deste vasto território sul americano ter levado cerca de três séculos a formar-se.

Inicialmente Angola era um entreposto de escravaria destinada ao Brasil e ligou-se de tal modo a este tráfego que, quando se deu a independência brasileira em 1822, vários destes mercados de escravos ao longo da costa angolana declararam-se território do novo império e içaram a respectiva bandeira. O conflito luso-brasileiro que se seguiu originou um facto singular, a expulsão por parte das autoridades sul americanas de um número avultado de colonos "reinóis" que vieram instalar-se em Moçâmedes na quarta década do século XIX e daí partiram para uma original aventura de colonização agrícola no deserto de namibe.

As incursões de fazendeiros "boeres" no planalto da Huíla forçou as autoridades portuguesas nas décadas de cinquenta e de sessenta, também do século XIX, a promover a colonização agrícola daquele planalto com camponeses sem terra da ilha da madeira. O terceiro polo da colonização foram as colónias de degradados de Caconda e Malange para onde eram enviados os condenados de delito comum de uma metrópole que não tinha política coerente de colonização das vastas colónias africanas que possuia.

As grandes potencialidades em riqueza que o território possuia foram apropriadas pelas grandes empresas multinacionais.

A colonização de Angola é recente e só a retórica colonialista queria ver nela um novo Brasil mistificando o facto da estruturação humana deste vasto território sul americano ter levado cerca de três séculos a formar-se. Além de recente, a colonização de Angola foi feita da pior maneira possível. A ocupação colonial definitiva do território só terminou em 1941 e vinte anos depois iniciava-se a luta pela independência.

No início do século XX a população total de Angola era de 2,7 milhões de habitantes dos quais 0,3% eram colonos brancos, ou seja 8.100 pessoas; em 1960, no início da guerra de independência, a população total era de 4,8 milhões da qual 3,58% era formada por brancos, 172.000; em 1970 a população rondava os 5,8 milhões, sendo 5,8% os de etnia europeia, 336.400. A população de origem metropolitana praticamente duplicou durante a década de 60, enquanto decorria a guerra da independência. Não só a presença de portugueses era muito recente e minoritária, como se acelerou nos últimos anos do domínio colonial.

Estes são os números fornecidos oficialmente pelas estatísticas. Quando se deu o regresso dos europeus em 1975, falou-se no fabuloso número de *um milhão* de retornados, o que me parece exagerado comparado com as indicações dos censos populacionais anteriores.

Não só foi recente como foi uma colonização "em segunda mão".

Com efeito, as grandes potencialidades em riqueza que o território possuía foram apropriadas pelas grandes empresas multinacionais. Aos portugueses competia as mais "sujas" e "vergonhosas" tarefas da colonização, eram eles os "capatazes" dos patrões multinacionais e os "comerciantes de mato" que em contacto directo com as populações indígenas exploravam as "últimas migalhinhas" que ainda restavam aos naturais do país e por fim eram os agentes da administração colonial, a face visível do quotidiano de opressão e tirania.

Orlando Ribeiro, o grande mestre da Geografia Humana portuguesa, só pôde publicar em 1981 as reflexões que ao longo

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

de uma vida de estudo fez sobre a colonização de Angola e que timidamente ia revelando aos seus estudantes da faculdade de Letras de Lisboa e as razões do seu fracasso. (5)

Esta má colonização não trouxe para as populações nativas qualquer vantagem. Não as preparou para a independência formando os quadros necessários para o seu futuro enquadramento e desenvolvimento e sobretudo ao apostar numa política de dividir para reinar não propiciou a formação de uma consciência nacional exacerbando ainda mais as divisões raciais e tribais.

Esta má colonização não trouxe para as populações nativas qualquer vantagem. Não as preparou para a independência...

Os únicos elementos de integração que surgiram na sociedade angolana deveram-se mais a acções individuais do que a determinação consciente de uma política de administração colonial, foi o caso da misceginação que em Angola atingiu números irrisórios comparados com os que se verificaram no Brasil e até mesmo na colónia, primeiro "boer", depois inglesa, do Cabo.

No entanto esta misceginação que no Brasil, no Cabo e em outras paragens foi um dos principais suportes da formação de uma consciência nacional, tornou-se, em Angola, em mais um factor de divisão, como o demonstra Iko Carreira no seu livro (6), ao escrever que uma das causas da conspiração de Nito Alves contra Agostinho Neto era a rivalidade e os ciúmes dos negros do M.P.L.A. contra a preponderância dos mestiços nas estruturas dirigentes deste movimento e sintetiza que o principal objectivo estratégico do primeiro presidente da República de Angola era "fazer do povo angolano, um só povo, uma só nação". (7)

... a "guerra civil permanente" uma linha estrutural da sua sociedade.

A má colonização fomentou esta situação e como não podia deixar de ser as divisões tribais vieram ao de cima.

Quando em 1975, a seguir à independência os colonos brancos, mestiços e alguns negros assimilados abandonaram o território em massa, num movimento de que ainda hoje está por apurar quem o provocou e com que intenção, viu-se o novo país praticamente sem quadros para estruturar a administração e para fomentar a sua economia, a braços com a "guerra civil permanente" uma linha estrutural da sua sociedade.

O *25 de Abril* e o processo descolonizador que se seguiu apenas chocaram os ovos que a colonização engendrou. E a má colonização de Angola deu origem a um ovo de serpente.

A má colonização fomentou esta situação e como não podia deixar de ser as divisões tribais vieram ao de cima. Savimbi proclama-se o grande líder dos "ovibunda", a etnia mais populosa de Angola e concentrada no Centro e no Sul do território, e já deu a entender que uma das soluções para a resolução do conflito angolano passaria pela cisão do país em dois e que os cessecionistas cabindenses ainda querem que seja em três. Obviamente que estes desejos soam como música celestial aos ouvidos de certos "interesses" internacionais que pretendem um novo traçar de fronteiras no centro do continente africano, de que a actual tragédia do Zaire é um dos seus indícios.

É certo que vista numa perspectiva europeia não havia uma nação angolana, mas sim um projecto nacional, mas este fenómeno acontece em toda a África e foi por isso que as Nações Unidas e a Organização de Unidade Africana entenderam não aplicar as categorias conceptuais sociais e políticas cientificamente consagradas a este continente e preconizarem a manutenção das fronteiras coloniais.

Neste momento o mais importante problema que se põe a Angola consiste na preservação da sua unidade e no reforço de uma "consciência nacional" que existe, mas é titubeante. Compete aos angolanos e também aos amigos de Angola esforçarem-se neste sentido.

Ao dar ênfase a esta "guerra civil permanente" Pezarat Correia vem no seu livro mudar todos os parâmetros em que é habitual encarar esta situação. Se se trata de uma guerra civil as suas causas determinantes encontram-se no interior do país, sendo a influência externa importante mas não decisiva. Logo é no interior que se têm que encontrar as suas causas e a sua solução.

As primeiras são estruturais e foram acentuadas pela má colonização.

Alegoricamente fez-me lembrar uma fábula da cultura angolana *m'bundu* de uma galinha que chocou um ovo de serpente e ficou muito admirada por não ter nascido um pinto. O ser que nasce depende do ovo e não de quem o choca.

Esta fábula também serve para demonstrar o erro em que incorrem os adversários do *25 de Abril* ao atribuirem a este movimento libertador a responsabilidade pela descolonização que originou as guerras e outras dificuldades por que têm passado as antigas colónias. O *25 de Abril* e o processo descolonizador que se seguiu apenas chocaram os ovos que a colonização engendrou. E a má colonização de Angola deu origem a um ovo de serpente.

Também é no interior de Angola que se têm de encontrar as energias necessárias para alcançar a Paz. Quem está de fora, seja a Organização das Nações Unidas ou qualquer Estado, pode dar uma boa ajuda, mas não exerce o esforço decisivo.

Neste momento o mais importante problema que se põe a Angola consiste na preservação da sua unidade e no reforço de uma "consciência nacional"...

Estas linhas são para vituperar certas "vaidadezinhas" que tem surgido arrogando-se como pacificadoras de Angola.

É com grande preocupação que se vê o adiamento e o não cumprimento de algumas cláusulas dos acordos de Lusaka,.

As ambições pessoais, as divisões regionais e os interesses alheios minam o desejo de paz do povo angolano, as suas matas são extensas e inacessíveis, nelas se podem esconder exércitos prontos a actuar a qualquer momento, porque armas não faltam nos mercados clandestinos internacionais e as grandes riquezas do país dão aval a créditos usurários.

Ao dar ênfase a esta "guerra civil permanente" Pezarat Correia vem no seu livro mudar todos os parâmetros em que é habitual encarar esta situação.

Como balanço final só há a dizer que o último livro do Pezarat àcerca de Angola ajuda-nos a ver mais claro o que se está passando numa região do Mundo que ultimamente se tornou num dos principais focos da preocupação internacional.

(1) - Pedro Pezarat Correia, Descolonização de Angola: a jóia da coróa do império português, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991.
(2) - António de Oliveira Cadornega, História geral das guerras angolanas, Lisboa, A.G.C., 1940-42, 3 vols.
(3) - René Pélissier, Les guerres grises: Résistence et révoltes en Angola (1845-1941), Paris, Orgeval, 1977.
(4) - René Pélissier, La colonie du Minotaure: Nationalisme et révoltes en Angola (1926-1961), Paris, Orgeval, 1978.
(5) - Orlando Ribeiro, A colonização de Angola e o seu fracasso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
(6) - Iko Carreira, O pensamento estratégico de Agostinho Neto, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.
(7) - Ibid., p. 32.

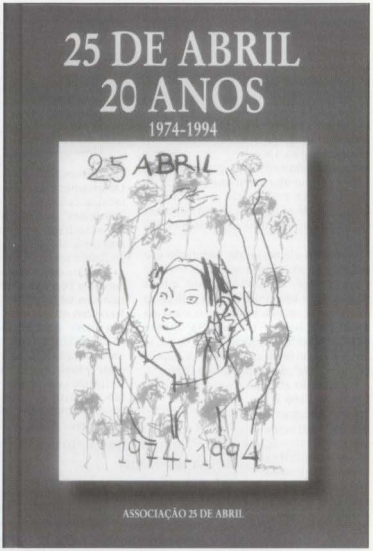
Vinicio de Sousa

25 DE ABRIL 20 ANOS

O lançamento deste livro foi um acontecimento marcante que encerrou, com chave de ouro, as comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril. É um livro que, como salientou o presidente da Direcção da A25A, nascendo de uma ideia do nosso associado Ruben de Carvalho, "***(...) mostra como o 25 de Abril, 20 anos depois, é comemorado, é sentido por uma quantidade imensa de portugueses (...)***" Vasco Lourenço salientou as entidades que tornaram o livro possível, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmaras Municipais, Biblioteca do Diário de Notícias, Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa, entre outras. E o presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que presidiu à cerimónia, encerrou-a com um breve improviso, salientou marcos importantes do Portugal pós-Abril, a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU, a cooperação militar com os países lusófonos, a integração europeia e relacionou-os com o facto que os possibilitou - o 25 de Abril de 1974. E frisou "***(...) aqui está um país plural, um país diversificado, diverso, ansioso expectante, mas que procura em cada momento o seu destino que esta página inolvidável do 25 de Abril de 1974 conseguiu trazer-nos (...)***"

A seguir se juntam textos de três nossos associados, que constituíram a equipa coordenada por Victor Alves que, com a sua dedicação e esforço, tornou este livro possível. São as palavras fundamentadas de João Corte Real, Francisco Sanchez e Pedraz de Sousa.

A encerrar, o belo texto com que o nosso associado Baptista-Bastos, "no seu estilo inconfundível", como salientou o Presidente da República, fez a apresentação do livro.



Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel.: 419 81 05 - Fax: 419 81 30 2795 LINDA-A-VELHA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Interno convoco a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril para se reunir em sessão ordinária, no Hotel Roma - Sala Milão, sita na Av. de Roma 33 em Lisboa, no dia 08 de Março de 1997 pelas 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHO

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral anterior.

2. Ratificação da admissão de sócios e apoiantes.

3. Discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal.

4. Apreciação da actualidade da A25A. Contributos para acção futura.

5. Apreciação e votação da proposta de exoneração compulsiva de sócios, nos termos dos art.^{os} 25.º e 26.º do Regulamento Interno.

Sede da Associação 25 de Abril em Linda-a-Velha aos 20 de Janeiro de 1997

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CARLOS ALBERTO IDÃES SOARES FABIÃO

EXPERIÊNCIA EXALTANTE

Sugeriram-me que escrevesse para o Boletim sobre o Livro "25 de Abril, 20 Anos" recentemente publicado pela A25A.

Hesitei sobre qual o aspecto que poderia estimular o interesse de algum dos leitores do Boletim. Com o risco de não acertar na finalidade pretendida mas no julgamento de que talvez possa ser vantajoso para o caso da feitura de um outro Livro relativo a futuras comemorações – passe a presunção –, resolvi à laia de conversa, discorrer sobre a experiência exaltante que foi o trabalho perseverante para reunir o acervo de informações que o Livro Constitui.

A comemoração dos 20 Anos fez agitar o país, ou melhor, os portugueses, onde quer que estivessem de uma forma serena mas intensa.

A comemoração dos 20 Anos fez agitar o país, ou melhor, os portugueses, onde quer que estivessem de uma forma serena mas intensa, revelando, das formas mais variadas, um sentimento de esperança na concretização do "seu" 25 de Abril, num ambiente de alegria e de fraternidade. Foram, na verdade umas comemorações marcadas pela vivacidade, que reavivaram não só convicções, como que serviram para concitar a "geração de Abril" a tomar nas suas mãos o testemunho de Abril.

O Portugal cá de dentro e o da diáspora, tremeu com o alvoroço festivo. Mas, como era de esperar, também surgiram vozes de fanatizados saudosistas que tentaram denegrir a imagem do 25 de Abril. Mas não o conseguiram. A onda era forte e autêntica, baseada na espontaneidade e na vontade própria das populações, pelo que facilmente submergiu quaisquer veleidades.

A decisão para a elaboração deste Livro foi conseguida numa hora feliz. Inicialmente (e este "inicialmente" deveria ter sido considerado com maior antecedência), não havia uma ideia muito precisa sobre a forma e o conteúdo a adoptar na sua execução. Ignorava-se, a priori, aliás, o impacto que as comemorações do 20.° Aniversário viriam a ter junto do "país real". Foi só após o ter-se iniciado a reunião do verdadeiro manancial de documentação, que nos apercebemos da vibração telúrica que o 25 de Abril, apesar dos vinte anos passados, continuava a provocar em todas as latitudes. A existência deste Livro é a prova disso mesmo. E, se bem que o seu volume seja razoável, não reúne, certamente a totalidade das iniciativas que no país e no estrangeiro se realizaram, apesar dos esforços múltiplos que foram efectuados para se conseguir o seu registo. Para os menos optimistas, constituirá não mais que uma simples "mostragem" mas há que convir que representa uma montra suficientemente elucidativa do muito que foi feito. E se esta é a montra, o que terá sido o armazém...

A maioria das iniciativas não se inseriam no âmbito da A25A.

Esta impossibilidade de garantia na recolha de todos os eventos comemorativos, resultou, para além das nossas próprias incapacidades, das enormes dificuldades com que nos deparámos na pesquisa das informações de interesse. A maioria das iniciativas não se inseriam no âmbito da A25A, pelo que a Associação não tinha delas conhecimento, e este facto, aliás, só comprova a forma autónoma como as mesmas foram organizadas. Pensou-se, por isso, que só a pesquisa localizada poderia proporcionar a realização duma recolha mais eficaz, pelo que a melhor forma seria mobilizar os sócios da A25A dada a sua implantação no terreno, no sentido de colherem e enviarem para a Associação todas as notícias referentes às comemorações do 20.° Aniversário que chegassem aos seu conhecimento. Esta hipótese, porém, não passou disso mesmo, não tendo infelizmente, conseguido obter a receptibilidade que se esperava, salvo raríssimas excepções, mesmo apesar dos apelos feitos pela própria Direcção.

Nesta recolha de notícias houve a preocupação de não ignorar mesmo as que se revelavam desfavoráveis ao 25 de Abril.

Em face das circunstâncias, foi a consulta de centenas de periódicos regionais a forma que se constituiu como a fonte de informação mais útil e rendosa. Houve também outras modalidades tentadas como o envio de pedidos às Câmaras Municipais, aos órgãos de Comunicação Social, às Colectividades de Recreio, aos Partidos Políticos, aos Sindicatos, às Delegações e Núcleos da A25A, etc., etc. Sempre fomos atendidos com a maior compreensão mas por razões que só os próprios poderiam explicar, nem sempre as nossas diligências, mesmo as telefónicas, conseguiram os resultados desejados.

Daqui a razão porque a estrutura dos programas, as referências aos interventores e outras descrições dos actos comemorativos referidos no texto não é uniforme, ainda que depois de às Autarquias ter sido enviado o nosso texto preliminar para confirmação/rectificação.

A Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa foi a instituição que melhores condições proporcionou à realização da nossa pesquisa, quer não só na consulta dos milhares de exemplares das centenas de títulos a que fomos obrigados, como na cedência de fotocópias dos artigos de interesse. Mas outras instituições se disponibilizaram para nos facultarem meios, como foi o caso da Biblioteca da Assembleia da República. A Biblioteca Nacional não foi exequível dado que a consulta dos jornais que nos interessavam só estarem acessíveis no ano seguinte.

(Continua na página seguinte)

EXPERIÊNCIA EXALTANTE

Sugeriram-me que escrevesse para o Boletim sobre o Livro "25 de Abril, 20 Anos" recentemente publicado pela A25A.

Hesitei sobre qual o aspecto que poderia estimular o interesse de algum dos leitores do Boletim. Com o risco de não acertar na finalidade pretendida mas no julgamento de que talvez possa ser vantajoso para o caso da feitura de um outro Livro relativo a futuras comemorações – passe a presunção –, resolvi à laia de conversa, discorrer sobre a experiência exaltante que foi o trabalho perseverante para reunir o acervo de informações que o Livro Constitui.

A comemoração dos 20 Anos fez agitar o país, ou melhor, os portugueses, onde quer que estivessem de uma forma serena mas intensa.

A comemoração dos 20 Anos fez agitar o país, ou melhor, os portugueses, onde quer que estivessem de uma forma serena mas intensa, revelando, das formas mais variadas, um sentimento de esperança na concretização do "seu" 25 de Abril, num ambiente de alegria e de fraternidade. Foram, na verdade umas comemorações marcadas pela vivacidade, que reavivaram não só convicções, como que serviram para concitar a "geração de Abril" a tomar nas suas mãos o testemunho de Abril.

O Portugal cá de dentro e o da diáspora, tremeu com o alvoroço festivo. Mas, como era de esperar, também surgiram vozes de fanatizados saudosistas que tentaram denegrir a imagem do 25 de Abril. Mas não o conseguiram. A onda era forte e autêntica, baseada na espontaneidade e na vontade própria das populações, pelo que facilmente submergiu quaisquer veleidades.

A decisão para a elaboração deste Livro foi conseguida numa hora feliz. Inicialmente (e este "inicialmente" deveria ter sido considerado com maior antecedência), não havia uma ideia muito precisa sobre a forma e o conteúdo a adoptar na sua execução. Ignorava-se, a priori, aliás, o impacto que as comemorações do 20.° Aniversário viriam a ter junto do "país real". Foi só após o ter-se iniciado a reunião do verdadeiro manancial de documentação, que nos apercebemos da vibração telúrica que o 25 de Abril, apesar dos vinte anos passados, continuava a provocar em todas as latitudes. A existência deste Livro é a prova disso mesmo. E, se bem que o seu volume seja razoável, não reúne, certamente a totalidade das iniciativas que no país e no estrangeiro se realizaram, apesar dos esforços múltiplos que foram efectuados para se conseguir o seu registo. Para os menos optimistas, constituirá não mais que uma simples "mostragem" mas há que convir que representa uma montra suficientemente elucidativa do muito que foi feito. E se esta é a montra, o que terá sido o armazém...

A maioria das iniciativas não se inseriam no âmbito da A25A.

Esta impossibilidade de garantia na recolha de todos os eventos comemorativos, resultou, para além das nossas próprias incapacidades, das enormes dificuldades com que nos deparámos na pesquisa das informações de interesse. A maioria das iniciativas não se inseriam no âmbito da A25A, pelo que a Associação não tinha delas conhecimento, e este facto, aliás, só comprova a forma autónoma como as mesmas foram organizadas. Pensou-se, por isso, que só a pesquisa localizada poderia proporcionar a realização duma recolha mais eficaz, pelo que a melhor forma seria mobilizar os sócios da A25A dada a sua implantação no terreno, no sentido de colherem e enviarem para a Associação todas as notícias referentes às comemorações do 20.° Aniversário que chegassem aos seu conhecimento. Esta hipótese, porém, não passou disso mesmo, não tendo infelizmente, conseguido obter a receptibilidade que se esperava, salvo raríssimas excepções, mesmo apesar dos apelos feitos pela própria Direcção.

Nesta recolha de notícias houve a preocupação de não ignorar mesmo as que se revelavam desfavoráveis ao 25 de Abril.

Em face das circunstâncias, foi a consulta de centenas de periódicos regionais a forma que se constituiu como a fonte de informação mais útil e rendosa. Houve também outras modalidades tentadas como o envio de pedidos às Câmaras Municipais, aos órgãos de Comunicação Social, às Colectividades de Recreio, aos Partidos Políticos, aos Sindicatos, às Delegações e Núcleos da A25A, etc., etc. Sempre fomos atendidos com a maior compreensão mas por razões que só os próprios poderiam explicar, nem sempre as nossas diligências, mesmo as telefónicas, conseguiram os resultados desejados.

Daqui a razão porque a estrutura dos programas, as referências aos interventores e outras descrições dos actos comemorativos referidos no texto não é uniforme, ainda que depois de às Autarquias ter sido enviado o nosso texto preliminar para confirmação/rectificação.

A Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa foi a instituição que melhores condições proporcionou à realização da nossa pesquisa, quer não só na consulta dos milhares de exemplares das centenas de títulos a que fomos obrigados, como na cedência de fotocópias dos artigos de interesse. Mas outras instituições se disponibilizaram para nos facultarem meios, como foi o caso da Biblioteca da Assembleia da República. A Biblioteca Nacional não foi exequível dado que a consulta dos jornais que nos interessavam só estarem acessíveis no ano seguinte.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Note-se que nesta recolha de notícias houve a preocupação de não ignorar mesmo as que se revelavam desfavoráveis ao 25 de Abril, pese embora a impolidez e falta de rigor verificadas em alguns casos muito pouco abonatórias do civismo que, no mínimo, seria exigível aos autores.

Fazendo um balanço dos actos comemorativos que nos foi possível registar, é interessante verificar que nos 305 concelhos, só em quatro não conseguimos assimilar a realização de qualquer cerimónia ou acto festivo para comemorar os 20 Anos. Foi em terras de Bouro/Braga, Pampilhosa da Serra/Coimbra, Trancoso/Guarda e Alvaiázerel/Leiria. Mas admito que esta ausência nos possa ser acoimada, e que resulte apenas do nosso deficiente poder de persuasão para satisfação dos pedidos de informação que apresentámos.

Mas esta aparente grande percentagem de concelhos que comemorou Abril, não implicou, necessariamente, o envolvimento das respectivas Câmaras ou Assembleias Municipais. Foram, muitas vezes as Juntas de Freguesia, as Escolas, as Colectividades, as Comissões de Moradores, os simples grupos de cidadãos, que, sós ou coligados, se organizaram e tomaram a iniciativa, com ou sem o apoio de instituições oficiais, para manifestarem a sua alegria e opção pelo regime democrático. Portugal encheu-se, assim, do estrondo festivo das "arruadas" pelas bandas filarmónicas, do lançamento de foguetes, da execução das canções emblemáticas do entusiasmo das provas desportivas em que intervieram os jovens e os menos jovens. Foi um verdadeiro "banho" de fidedigna alegria.

Na verdade, os jovens deram um contributo muito especial para a criação deste clima. Eles foram convidados para que tomassem nas suas mãos as formas que julgassem mais adequadas para a apreensão do substrato da data comemorada e fixassem, na sua memória, as exigências da conquista e da prática da Liberdade. Fizeram-no através da apresentação de peças de teatro, de recitais de poesia, de exposições, de canções, de desenhos, pinturas, etc., numa exaltação sentida dos valores de Abril.

Os jovens deram um contributo muito especial para a criação deste clima.

As Escolas tiveram um papel importantíssimo na movimentação destes jovens. As referências que lhe são feitas no Livro, são apenas uma pálida imagem de tudo o que promoveram e que nós não chegámos a abarcar. Foram-nos enviados por gentileza dos professores, vários trabalhos realizados pelos seus alunos, que revelam muita sensibilidade para o tema em debate. Só os condicionalismos de espaço nos impediram que fossem publicadas no Livro "as redacções" e poemas, bem como os desenhos e pinturas que nos foram enviadas e que, na sua simplicidade, estão carregadas de simbolismo e traduzem a esperança numa vida mais justa e feliz.

O denominador comum que caracterizou todas estas iniciativas: o espírito de militância dos seus organizadores e o civismo dos participantes.

O convite do Senhor Presidente da República a jovens de cada um dos concelhos em representação da "geração de Abril" para virem a Lisboa assistir a algumas cerimónias comemorativas, teve também uma grande importância, pois constituiu como que uma chamada de atenção á juventude para a sua responsabilização na preservação dos valores de Abril. Este convite que foi aceite por um número significativo de Municípios (225 do Continente, 11 da Madeira e 19 dos Açores), trouxe a Lisboa a alegria de 4.500 jovens, plenos de vida e de vontade para conquistarem um futuro melhor.

As comemorações envolveram a realização de manifestações de tipo muito variado, umas mais formais e elaboradas outras mais simples e populares pelo que a falta de meios não serviu de alibi para que se faltasse à chamada. A sentença popular "quem não tem cão, caça com gato" teve aqui plena aplicação. E desde sessões solenes, a debates, conferências, colóquios ou exposições, até aos pitorescos bailes populares, às corridas pedestres ou de bicicleta, aos jogos tradicionais, ou até o simples hastear da Bandeira Nacional, tudo foram formas para festejar a data e relembrar os valores de Abril.

Não me permito distinguir aqui quais as mais conseguidas. Seria estultícia e certamente não deixaria de cometer injustiças. Apenas julgo de salientar o denominador comum que caracterizou todas estas iniciativas: o espírito de militância dos seus organizadores e o civismo dos participantes.

Houve também desfiles alegóricos, atribuição de nomes a ruas e praças, honrando os "Capitães de Abril" e, entre eles, muito em especial, o do "Capitão Salgueiro Maia". Aproveitou-se o período para o lançamento de livros, para a encenação de peças de teatro de carácter pedagógico sobre temas ligados à defesa da Liberdade e da Democracia, para a realização de homenagens a cidadãos probos que se distinguiram na luta pela Liberdade; foi a realização de várias modalidades desportivas com realce para o futebol, a realização de concursos de pesca, de festivais gimnodesportivos, etc., etc.

Os mais jovens não foram esquecidos. Foram organizados para eles programas específicos, aliando o lúdico ao pedagógico. Foi o lançamento de balões com mensagens inspiradas em Abril, os concuros de desenhos e de pinturas, as provas de atletismo, os espectáculos infantis, iniciativas estas em que as Escolas tiveram um papel importantíssimo.

Os mais idosos, para além dos campeonatos de jogos de mesa, tiveram também a possibilidade de realizar excursões que, para além dos passeios a locais aprazíveis, lhes proporcionaram visitas a outros onde decorreram acontecimentos históricos do 25 de Abril.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

E tudo isto ainda com espectáculos de música, de teatro e de dança, com almoços e jantares de convívio, sessões de canto livre, matanças de porco, alvoradas de foguetes, largadas de pombos, música, muita música pelas bandas filarmónicas que se desdobraram em esforço para acorrerem aos inúmeros pedidos das povoações da sua região. Houve ainda as intervenções marcadamente políticas em que se debateram temas ligados à situação política, versos objectivos do 25 de Abril, à Democracia e à Liberdade, e em que participaram entre outros cidadãos, alguns militares de Abril.

Foi assim que foram encontradas localmente as maneiras de assinalar, de uma forma indelével, o 20.° Aniversário do 25 de Abril.

E estas comemorações tiveram um desenvolvimento que ultrapassou o que era habitual fazer-se, quer em Portugal, quer nas comunidades portuguesas no estrangeiro. Houve até casos curiosos que comprovam esta conclusão. Por exemplo, houve órgãos autárquicos de alguns Municípios que, pela primeira vez, e só após 20 anos, assumiram a realização de iniciativas para comemorarem Abril!

Estas comemorações tiveram um desenvolvimento que ultrapassou o que era habitual fazer-se, quer em Portugal, quer nas comunidades portuguesas no estrangeiro.

Houve também casos de localidades em que, agora, pela primeira vez, se comemorou o 25 de Abril!

E algumas Câmaras decidiram promover a execução de monumentos que junto dos vindouros sejam testemunhos de tão importante evento histórico. Alguns foram mesmo inaugurados nas festas, outros estão em fase de projecto. Mas aconteceu em Celorico da Beira um caso assinalável: foi descerrada uma estátua alusiva ao 25 de Abril mandada executar por um grupo de cidadãos em 1975, paga por subscrição pública, mas que se encontrava ainda guardada num armazém desde aquele ano, por se considerar não haver clima favorável à sua exposição pública! Foi preciso que passassem vinte anos!

Como é óbvio, houve também detractores que assumiram posições contrárias às comemorações, alguns deles fazendo até parte de órgãos autárquicos. Porém, a capacidade de organização e de vontade da "sociedade civil" ultrapassou as dificuldades e, com determinação, não deixou de fazer o que pretendia.

A realização deste Livro foi por nós encarada como um desafio que só considerámos vencido quando a sua publicação se efectivou.

E também de assinalar a repercussão que a data teve na Comunicação Social. No Livro consta, aliás uma razoável recolha de títulos dos inúmeros artigos publicados na Imprensa e dos programas difundidos, a propósito, na Rádio e na Televisão.

Houve jornais que editaram números especiais ou que publicaram séries de artigos de muito interesse, em que abordaram não só matérias inspiradas em temas sobre a defesa da Liberdade e da Democracia, como factos históricos, alguns inéditos, relacionados com a eclosão do golpe militar de Abril.

Tivemos, porém, algumas dificuldades na recolha das iniciativas promovidas pelas Rádios locais, dado o seu elevado número e a sua dispersão, e ainda porque as nossas diligências para o efeito não resultaram muito eficazes. O registo constante no Livro não traduz por isso, a realidade do que foi feito nesta área da Comunicação Social.

As Televisões também não se ausentaram das acções comemorativas, tendo ficado célebres alguns dos seus programas.

Existem na A25A os recortes dos jornais cujos títulos são referidos no Livro, assim como as cassetes ofertadas com gravações de alguns dos programas de rádio e de televisão (ver página 740 do Livro). Existe também, o registo informatizado de todo o conteúdo do Livro, registo que poderá certamente ser consultado por alguém interessado.

A realização deste Livro foi por nós encarada como um desafio que só considerámos vencido quando a sua publicação se efectivou. Foi difícil chegar à meta final e este desiderato só foi possível em consequência do trabalho generoso dos elementos de toda a Equipa que o produziu, do acompanhamento imprescindível da D. Virgínia Caldeira, da Editorial Notícias e da sensibilidade artística do gráfico Sr. Fernando Felgueiras.

Agora impõe-se, naturalmente, a venda de todos os exemplares existentes na Associação. E, se bem que tenha já saído um número razoável, talvez o empenhamento dos sócios pudesse ajudar a atingir-se esse objectivo. Certamente que a Direcção da Associação lhes ficaria muito grata.

JOÃO CÔRTE-REAL

O RELATO DOS VINTE ANOS

Este é um livro de afectos. Um relato dos percursos de uma comemoração que teve os mais diversos interlocutores. Um livro cuja leitura nos leva a considerar que o 25 de Abril não foi, apenas, um acto político – mas também, e talvez sobretudo, um acto de cultura e um imperativo moral.

O 25 de Abril não foi, apenas, um acto político – mas também, e talvez sobretudo, um acto de cultura e um imperativo moral.

Independentemente dos ressentimentos e dos rancores que uma ruptura histórica tão profunda desencadeou, as notícias minuciosas que este livro nos oferece permitem-nos considerar que os acontecimentos de 1974 não se circunscreveram, vinte anos depois, a um universo limitado e a uma data encerrada numa efeméride.

Há, em Portugal, ainda hoje, duas gerações passadas, o calor efusivo de um afecto ao Dia da Liberdade, de que este livro de afectos faz relato. Claro que houve silêncios, claro que houve omissões e negligências premeditadas, e algumas, até, criminosas, pelo que revelam de ingratidão e de indignidade. Mas são os pequenos nadas produzidos por, aqueles que nada têm a oferecer àqueles que tudo ofereceram. É inútil dizer a um imbecil que a imbecilidade é uma abominação. O imbecil não entende nunca que o valor da Revolução consiste em fazer revolutear as coisas, as ideias e as pessoas. E que, sendo um acto de cultura, a Revolução é uma forma superior de corporizar o protesto colectivo.

O imbecil português ignora que a Revolução do 25 de Abril uniu-se numa cerrada fraternidade, de que este livro dá nota, e que é a única revolução não concluída em terror – talvez porque não foi concluída, como o afirmam, claramente, os seus bravos e impolutos Capitães. Será que todas as revoluções se rematam em barbárie? Assim tem sido, assim no-lo diz a História. Em selvajaria se somaram as revoluções francesa, soviética e americana. Esta última tão mal estudada, tão gravosamente omitida, tão desconhecida, e que foi uma das mais violentas de que ha memória.

O imbecil não entende nunca que o valor da Revolução consiste em fazer revolutear as coisas, as ideias e as pessoas.

É arriscado ou abusivo colocar a Revolução de Abril ao lado daquelas outras revoluções? Creio que não. O 25 de Abril não se fixou num realismo de curto alcance. Começou como um golpe, desencadeou-se como uma emanação da vontade popular, e foi o exemplo para uma nova pulsão democrática que se estendeu por boa parte do planeta. Ainda recordo, com emoção, aqueles que, na América Latina, pegando em armas para lutar contra o tirano, a si mesmo se chamavam "los portugueses".

O povo fardado é uma belíssima expressão, por ser rigorosa, por ser exacta e por definir uma determinada circunstância histórica. Não é uma versão momentânea das emoções. Nada disso. É a coincidência entre o anseio de liberdade de um povo e o acto insurrecciõnal de uma instituição que sempre fora o mimetismo arrogante do Poder. Agora, no 25 de Abril, a farda resgatava-se da ignomínia e resgatava-nos a todos. Perdoem a nota pessoal: eu, que não fui tropa, também estive fardado no 25 de Abril; e a minha farda era a farda da vossa honra, da nossa honra finalmente liberta.

Ainda recordo, com emoção, aqueles que, na América Latina, pegando em armas para lutar contra o tirano, a si mesmo se chamavam "los portugueses".

Vocês recordam-se? – recordam-se da imagem fulgurante daquele soldado de Abril, direito de integridade e de orgulho, equilibrado num carro de combate, ali ao Carmo, esse soldado raso que parece uma estátua semovente, empunhando a espingarda e fazendo com os dedos da outra mão o V da vitória – recordam-se? Aquele soldado cujo nome ignoro, cujo destino desconheço, foi, nesses minutos trémulos, nesses instantes irrepetíveis, a face definitiva da Revolução e a expressão mais imediata, directa e instantânea da nossa inteira felicidade.

Eu, que não fui tropa, também estive fardado no 25 de Abril; e a minha farda era a farda da vossa honra, da nossa honra finalmente liberta.

Como se sabe, a História é imoral, e só os propagandistas dos sonhos lhe atribuem, de vez em quando, uma arquitectura quase sublime. 1383, 1640, 1820, 1910, 1974 são datas que correspondem às vontades nascentes, às premências populares, e se inscrevem numa longa batalha contra os novos conformismos – que substituem os conformismos antigos.

"**Pátria madrasta, país padrasto.**" Assim definiu Portugal o grande João de Barros, o formidável humanista das "Décadas." E Alexandre O'Neill, poeta maior do nosso século, cantou a Pátria em comovidos, ternos e terríveis poemas: "**País por conhecer, por escrever, por ler. / País onde qualquer palerma diz, / a afastar do busilis o nariz: / - Não é para mim este país.**"

Portugal é tudo isto, este fadário de absoluto e de relativo; este, por vezes, vasto e alucinante guia do Inferno; este cais de angústia, esta feira cabisbaixa. Mas é, igualmente, o que este livro subtilmente nos diz, através das informações que nos presta: um nobre e generoso coração, uma estirpe que se não cansou de o ser, apesar de tudo, apesar de tudo.

Este livro, este livro singular que elege o júbilo em desfavor da banalidade, que nos dá recados com a precisão das miniaturas, que é o reflexo das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, vinte anos depois de Abril – este livro propõe a permanência de uma interrogação: os actos revolucionárias serão a mais precária das paixões?

Ora eu penso que as revoluções, assim como as paixões e os livros, não se explicam nem se justificam porque estão justificados e explicados pela própria e específica natureza que comportam.

Tentaram dizer-nos que o 25 de Abril já pertencia às memórias delidas. Quanto mais vazias eram as vidas de muita gente que nos governou,

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Este livro, este livro singular que elege o júbilo em desfavor da banalidade.

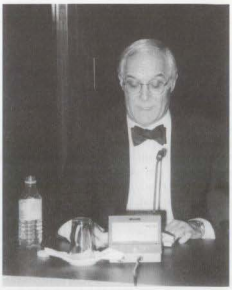
quanto mais débeis eram as paixões dos mandantes e mais fortes os seus vícios e a sua ignorância – mais os melhores de nós dissecavam, estudavam e analisavam a nossa Revolução, para que ela se não transformasse, nem em catecismo, nem numa realidade irregular imposta pela geometria de um sistema que cria e estimula o esquecimento.

Este livro é um relato de afectos. Este livro é a memória viva de uma insurreição política, moral e cultural, mas é, também, uma ressurreição de emoções.

Diz-nos a todos que não há conquista sem luta, nem luta sem sofrimento. E a mim relembra a vaidade que sinto em tê-los a vocês, soldados e capitães de Abril, como meus contemporâneos.

Baptista-Bastos

Este livro é um relato de afectos.



KIANDA, O RIO DA SEDE

No dia 10 de Outubro de 1996, no auditório da Biblioteca-Museu da República e Resistência, o nosso sócio Álvaro Fernandes lançou o seu novo romance, «Kianda, o Rio da Sede», que foi apresentado pelo director de "O Referencial" Pedro Pezarat Correia. Sobre o livro e sobre o seu lançamento incluímos dois textos significativos, de Carlos Fabião e Mário Tomé.

Álvaro Fernandes, o "Capitão Fernandes" – para que todos saibam de quem se trata – é um homem de dois continentes e de duas nações.

De menino e moço se acostumou a brincar com negros, a crescer com negros, a compreender os negros. De muito novo o obrigaram a optar por uma bandeira, escolha dramática para um rapaz de vinte e poucos anos que sempre convivera, fraternalmente, com duas raças, com duas culturas sem nunca se ver forçado a optar por uma.

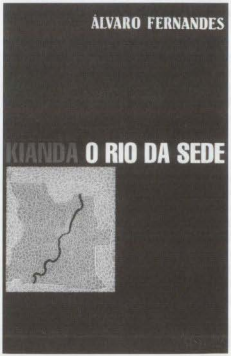
Mas nos anos sessenta os tempos eram outros, muito diferentes dos vividos numa infância ainda tão próxima. Álvaro Fernandes viu-se afastado dos seus amigos de cor e coagido a escolher uma bandeira e uma trincheira de luta. Drama pessoal, íntimo, que não deixou de marcar, bem fundo, os angolanos de formação portuguesa. Como era duro considerar inimigos os parceiros do peão, do berlinde e do jogo da bola. Para estes jovens, de duas culturas, a certeza de saberem que, para além da continuação da linha de tiro das espingardas se encontrava como alvo um amigo de infância, um companheiro de folguedos, não podia deixar de constituir uma tragédia!...

O livro de Álvaro Fernandes – o Capitão Fernandes – é, antes de mais, o testemunho dum homem que viveu, por dentro, os momentos dramáticos duma guerra que não desejou e duma revolução que não lhe trouxe a satisfação plena dos objectivos que desejava.

Álvaro Fernandes viveu este drama, que o marcou e que o tem vindo a acompanhar ao longo dos anos. Sem renegar a pátria portuguesa, por ela lutou com valor procurando criar um sonho quimérico onde portugueses e angolanos se encontravam numa pátria comum.

A impossibilidade de concretizar esta utopia, com que nunca se conformou, veio-o acompanhando ao longo dos anos até que um dia se resolveu sentar a uma mesa e dar forma e vida aos fantasmas que o rodeavam. Os fantasmas da terra e dos sonhos perdidos; os fantasmas da guerra colonial; os fantasmas da luta contra a ditadura; os fantasmas queridos do 25 de Abril e os fantasmas da descolonização; da democratização; do desenvolvimento, não totalmente conseguidos.

O livro de Álvaro Fernandes – o Capitão Fernandes – é, antes de mais, o testemunho dum homem que viveu, por dentro, os momentos dramáticos duma guerra que não desejou e duma revolução que não lhe trouxe a satisfação plena dos objectivos que desejava. Daí o livro do "Capitão Fernanades" ser quase que uma autobiografia com a personagem principal – afinal, ele próprio – bipartido por duas importantes personagens: o Capitão, André e o chefe da guerrilha, Temudo; dois comportamentos distintos que se complementam



Álvaro Fernandes não se esquiva a contar-nos a sua história, a de um Capitão do Exército Português, na guerra colonial e de como começámos a perder a razão, antes de perdermos a guerra.

Nalguns pontos, a descrição dos factos ocorridos, sobretudo na acção, apresentam a fria narrativa dos relatórios militares. O que não é de admirar, dado que o autor é um militar, que nunca deixou de o ser mesmo nos momentos mais tumultuosos e mais marcantes da sua vida militar.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Ler "Kianda, o Rio da Sede" é recordar África; o leste de Angola e uma guerra que devia ter sido evitada, a todo o custo, para bem dos portugueses e dos angolanos.

Mas ler "Kianda" é também sentir na pele o drama dos luso/angolanos, dos que se viram forçados a lutar contra irmãos, contra vizinhos; contra amigos; pela continuidade dum Império caduco que há muito deixara de existir. De não ter razão de existir.

Carlos Fabião

"KIANDA o rio da sede" é o terceiro livro de Álvaro Fernandes, sendo o segundo de ficção.

Editado pelas Edições Dinossauro, "KIANDA.." é uma "*novela de guerra, que conversa connosco sobre a guerra particular dos sentimentos (das emoções - da ternura), das relações entre pessoas, dos medos e das perplexidades. Claro que a guerra, para além de essas todas, é uma presença constante, quase obsidiante... Um belo livro sem condescendência, resignação ou capitulação. Um belo livro que ficará, junto a outros, na mais rigorosa estante do mais rigoroso dos leitores. Porque é preciso não esquecer: a palavra sempre subtraiu a vitória à vitória sempre aparente da força*" – do prefácio de Baptista Bastos.

A literatura, prosa e poesia, sobre a guerra colonial, tem sido uma constante, embora seja ainda insuficiente. Como dizia um militar americano a um jornalista, a propósito do fim da guerra do Vietnam, "a guerra só acaba quando nós (os que a fizemos) acabarmos". A produção ficcional em torno dos profundos problemas que a guerra colonial levantou, quer do ponto de vista colectivo quer individual, é um sinal de que, passados 22 anos sobre o seu fim, permanece ainda muito para "resolver", que cada um daqueles que nela participaram resolveu ou não resolveu à sua maneira.

Esta ficção em torno da memória é ao mesmo tempo a assumpção de uma responsabilidade individual e a projecção dela no todo social. É uma forma de dizer que todos somos responsáveis contra os que querem dizer que todos somos desculpáveis. Foi a compreensão dessa responsabilidade que levou à revolta os capitães de Abril, entre eles o autor de "KIANDA, o rio da sede".

O livro relata-nos a vida numa companhia de quadrícula em ambiente de guerra no Leste de Angola. Mas, e nisso é claramente inovador, faz-nos acompanhar com a mesma intensidade e o mesmo pormenor a vida num grupo de guerrilha do MPLA . São afinal as duas faces de uma mesma moeda: a fraternidade essencial que se esconde por detrás do confronto mortal. A fraternidade objectiva, nem sempre consciencializada, da luta de dois povos pela sua liberdade, contra o fascismo e Contra o colonialismo. Mas não só: a relação colonial gera a relação social para além dela, e os dois personagens principais, André o capitão do exército colonial e Temudo, o chefe de guerrilha do MPLA, estão ligados sem o saberem, por uma relação entre o irmão do primeiro e a irmã do segundo. Esta relação é, aliás, prenunciadora do futuro, na luta que travam contra a repressão política que o fascismo e a sua PIDE instituem.

É uma forma de dizer que todos somos responsáveis contra os que querem dizer que todos somos desculpáveis. Foi a compreensão dessa responsabilidade que levou à revolta os capitães de Abril, entre eles o autor de "KIANDA, o rio da sede".

Os dois, André e Temudo confrontam-se militarmente numa guerra muito mais vasta: André obrigado por um dever cujo real significado lhe vai escapando, mas que o coloca objectivamente (e subjectivàmente ainda...) do lado oposto da barricada onde se encontram os outros. Temudo por um dever estruturado na consciância política da necessidade da luta pela liberdade do seu povo.

Aí temos, a par de um retrato sarcástico e implacável da sociedade colonial em Angola, a rebeldia da juventude no liceu de Luanda a tornar-se factor de subversão para um regime cadavérico, já incapaz de se defender a não ser pela repressão

André, obrigado ao combate pelo combate para garantir o moral do seu pessoal. Temudo levado ao combate em consequência do e da moral que o determinam. Esta a grande diferença (como muito bem salientou o Brigadeiro Pezarat Correia na apresentação do livro no passado dia 10 de Dezembro na Biblioteca Museu da República e da Resistência). Esta diferença essencial que os separa e determina a forma de actuação, so terminará com o avanço da consciência do próprio André (o capitão do quadro a caminho do 25 de Abril) que se vai desenvolvendo lenta mas inexoravelmente como sabemos.

Mas "KIANDA..." coloca também todas as questões que a guerra levanta e o combate exige resolução. E aí temos André envolvido nos múltiplos problemas operacionais, logísticos, disciplinares políticos, humanos que todos nós os que fizemos a guerra tão bem conhecemos. Colocando o problema da liderança, da chefia, do comando. O heroísmo e o risco, aventureiro, gratuito, ou necessário para levantar o moral da tropa.

O conflito entre o mato e a ZAC (Zona do Ar Condicionado), o sacrifício da tropa "macaca" tantas vezes sem meios, o stress permanente, a falta de notícias, a degradação das relações, tornam-se os problemas candentes dos militares, das unidades, que precisam de combater e arriscar para manter o moral e sobreviverem com dignidade até à hora da rendição. O exército cada vez mais sem objectivo que não seja "esperar que os da política acabem com a estúpida guerra". No exército que, sem o assumir, prolonga na guerra a acção política do regime, germinam os factores de revolta. O exército, afinal, a preparar-se para irromper na política assumidamente.

"Kianda, o rio da sede" começou há 15 anos, em Outubro de 1981, com "Berços de renda, Enxergas de trapos", uma saborosíssima novela de Álvaro Fernandes editada pelo "Em Marcha". Aí temos, a par de um retrato sarcástico e implacável da sociedade colonial em Angola, a rebeldia da juventude no liceu de Luanda a tornar-se factor de subversão para um regime cadavérico, já incapaz de se defender a não ser pela repressão e pelo tão ridículo e caricato quanto ineficaz e impotente combate à alegria, à irrequietude, à beleza, ao amor, à irreverência. E aí brancos e pretos separam-se ou unem-se já não pela cor da pele mas pelo apego à liberdade ou pelo contráio pela submissão ao código moral apodrecido do fascismo e do colonialismo.

Nesta primeira novela há também o Temudo. Sempre ele Temudo, guerrilheiro, que morre num confronto com a tropa colonial onde vão dois seus amigos e ex-colegas do liceu de Luanda, Simplício e Zé Augusto, que já haviam iniciado explicitamente a relação dialéctica – oficial do quadro /miliciano – da caminhada para o 25 de Abril.

E aqui irrompe a tragédia, no sentido clássico do termo. A morte violenta e brutal a separá-los irremediavelmente no percurso que os vai unir e que esboçaram nas brincadeiras ainda ingénuas dos anos de liceu. O lento e penoso caminho para a liberdade

O fascismo e o colonialismo os uniram, os separaram e os vão unir de novo num outro patamar, o da revolta, da revolução, da libertação.

Assim se desenrolou esta guerra fratricida, e por isso mesmo ainda mais criminosa. Imposta por interesses que hoje persistem sob novas máscaras, terminou pela vitória dos interesses universais da fraternidade e da liberdade de novo e sempre ameaçados, de novo e sempre defendidos também por homens como o Capitão Álvaro Fernandes.

Mário Tomé

Esta guerra fratricida, e por isso mesmo ainda mais criminosa. Imposta por interesses que hoje persistem sob novas máscaras.

NORTE

MÁRIO CABRAL BRANDÃO

MORREU UM COMBATENTE DA LIBERDADE

Em 21 de Outubro passado, faleceu na sua residência, em Corim, município da Maia, arredores do Porto, um dos homens que, durante o período da ditadura salazarista, mais se bateram pela Democracia e pela Liberdade. Chamava-se Mário Cal Brandão. Contava à hora da morte 86 anos de idade.

Nascera no ano da implantação da República (em 1910) e a sua vida viria a ser de luta permanente e corajosa contra a opressão e a tirania que assaltaram o poder em 1926 e dominariam vergonhosamente o País ao longo de quase meio século.

Entre os que nunca se submeteram e jamais se calaram perante as violências do regime então imposto aos portugueses, Mário Cal Brandão esteve sempre na primeira fila. De facto, não houve movimento de opinião, tentativa revolucionária ou manifestação cívica de vulto que não tivesse a colaboração de Cal Brandão.

Entre os que nunca se submeteram e jamais se calaram perante as violências do regime então imposto aos portugueses, Mário Cal Brandão esteve sempre na primeira fila.

Começou cedo, de resto, o seu combate.

Ingressado aos 16 anos na Universidade de Coimbra, onde seu irmão Carlos já se encontrava, breve dele tomou conhecimento a polícia política. E a primeira prisão surgiu em 24 de Julho de 1928. Veja-se o registo policial que do facto ficou para a história:

"Preso em Coimbra por ter feito parte de um grupo civil que tentou assaltar o quartel do Batalhão de Metralhadoras 2, sito naquela cidade."

Foi-lhe apreendida uma farda de oficial e parte dos foguetes destinados ao sinal para início dessa tentativa revolucionária contra os poderes constituidos."

"À data, era estudante da Universidade e secretário da loja maçónica A Revolta."

Tinha, pois, Mário Cal Brandão 18 anos apenas. Seu irmão Carlos – que em 1931 havia de ser deportado, sem qualquer processo ou julgamento, para Cabo Verde e, logo depois, para Timor, onde foi mantido durante 15 anos! – só viria a ser preso pela primeira vez em 1930, depois do irmão Mário.

Para este, as prisões dir-se-ia que nunca mais pariam: 1931, 1938 e por aí fora... A última vez que tal aconteceu foi em 1966 (isto segundo o "meticuloso" rol que a PIDE e as suas antecessoras organizaram e que ocupa dez páginas da publicação elaborada, depois do 25 de Abril, pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista).

Nesse honroso "cadastro" está lá anotado tudo: prisões, julgamentos, divulgação de panfletos clandestinos por si elaborados ou assinados, pedidos de captura (por se ter ausentado de Estarreja, onde em 1931 lhe fora fixada residência), requerimentos ao Governo Civil do Porto, sessões de propaganda eleitoral ou outras em que foi orador, representações ou protestos ao Presidente da República ou ao governo, o lançamento, com seu irmão Carlos (em 1949), da União Democrática Portuguesa, a participação na Comissão Promotora do Voto, na União Socialista, na Organização Cívica Nacional, no Movimento de Unidade Democrática (de que foi, no Porto, um dos maiores impulsionadores), na Comissão da Oposição Democrática e no Centro Eleitoral Democrático, fundador da Causa Republicana, etc, etc. Muitas destas organizações mal chegavam a tomar forma. Seriam apenas tentativas.

Mas democratas da estirpe de Mário Cal Brandão não podiam estar parados. Lutavam, lutavam sempre, sem um momento de pausa – sem dar tréguas ao inimigo.

Cal Brandão participou em todos os grandes movimentos da Resistência – o

Cal Brandão participou em todos os grandes movimentos da Resistência.

MUNAF, o MUD, as candidaturas do General Norton de Matos, do Almirante Quintão Meireles e do General Humberto Delgado, nas comemorações dos aniversários do 5 de Outubro e do 31 de Janeiro (de que o regime tanto medo tinha) e apresentou-se como candidato a deputado sempre que a oportunidade surgia. Com ele se podia contar em todas as horas.

Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), Mário Cal Brandão, como não podia deixar de ser (e por mais do que uma razão, pois era ele filho de pai espanhol, da Galiza), tomou posição ao lado daqueles que defendiam a República.

Com efeito, o jovem antifascista português (não contava ainda trinta anos) constitui com outros democratas portuenses um activo e galhardo conjunto de homens que se encarregou de proteger os republicanos espanhóis que eram obrigados a refugiar-se no nosso País, muitos deles daqui saídos depois, clandestinamente, em navios mercantes que ao Douro vinham em serviço e a cujos tripulantes esse transporte era pago.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Tribuno fogoso e destemido, Mário Cal Brandão passou muitos dias a fio nos arbitrários tribunais plenários – umas vezes como defensor gracioso mas empenhado dos réus, outras como réu ele próprio.

Era homem de excelso carácter, íntegro, de grande nobreza de alma – cidadão exemplar e estimadíssimo.

No Porto, onde nascera e onde sempre exerceu a sua actividade de advogado, Cal Brandão ocupava lugar de merecido relêvo. Tal a sua inteireza moral que os próprios adversários o respeitavam.

Por isso, quando o Movimento do 25 de Abril restituiu a Liberdade a Portugal e houve que colocar nos principais lugares da administração figuras prestigiadas a que fossem dignas do momento que se vivia – logo se entendeu (e bem) que Mário Cal Brandão era o homem indicado para que nele recaisse a nomeação de Governador Civil do Porto, função que desempenharia por vários anos de molde a granjear o apreço e o agrado das populações.

Mário Cal Brandão, grande amigo de Mário Soares, que por ele tinha grande afecto e admiração, foi um dos fundadores do Partido Socialista, como antes fizera parte das organizações que haviam de levar à criação dessa força política.

Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.

Também ocupou o cargo de vereador da Câmara Municipal do Porto.

Em todos os lugares em que se manteve (Parlamento, Governo Cívil, Câmara Municipal) defendeu, com ânimo e firmeza, os interesses dos mais pobres, destacando-se nessa sua acção o muito que fez para ajudar a resolver o problema trágico da falta de habitação, que ainda hoje aflige a gente de menos posses. Chamavam-lhe por isso o "pai dos pobres".

Cal Brandão havia sido agraciado, depois do 25 de Abril, com as Ordens da Liberdade e de Cristo. Muitos dos municípios do distrito do Porto o homenagearam também com as suas mais elevadas condecorações.

Cal Brandão havia sido agraciado, depois do 25 de Abril, com as Ordens da Liberdade e de Cristo.

Poucos meses antes do seu falecimento, o intemerato antifascista fôra no Porto alvo de uma grande homenagem, tendo sido descerrada nessa altura uma artística lápida no prédio onde durante dezenas de anos Mário Cal Brandão teve o seu escritório-local, aliás, considerado, na ditadura, como privilegiado centro de conspiração oposicionista.

O funeral do saudoso democrata foi uma tocante manifestação de pesar, em que participaram centenas de pessoas deslocadas de todo o País.

Morreu com Mário Cal Brandão um verdadeiro herói da Resistência, um combatente indomável, um homem valente e decidido, que soube lutar, em todas as circunstâncias, pela República, pela Democracia, pela Liberdade.

Manuel Ramos
Sócio 2483

PASSEIO A ÓBIDOS

Organizou esta Delegação em 01/12/96, um passeio cultural/recreativo à simpática vila de Óbidos, destinado a sócios, familiares e amigos da A25A da área da Delegação do Norte.

Com paragem em Alcobaça e visita à lagoa de Óbidos da parte da manhã, seguiu-se o almoço que foi servido nas instalações do Quartel da ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO, por amabilidade do seu Comandante.

Da parte da tarde foi a altura de uma visita guiada à vila de Óbidos, não faltando nessa ronda uma surtida até ao local onde teve lugar a célebre reunião de 1/12/73 do "Movimento dos capitães".

Foi uma bela jornada de confraternização entre os participantes, que logo que possível repetiremos com outros destinos.

CONVITES FEITOS À A25A

AMASCULTURA
Sessão de encerramento dos VII Encontros Internacionais de Cinema Documental
16/24-11-96

Estreia da peça "Bingo cenas de dinheiro e mate" de Edward Bond
29-11-96

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Homenagem a Mário Viegas
23-11-96

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DA TRAFARIA
Cerimónia de inauguração, do imóvel de ampliação do Quartel dos Bombeiros.
14-12-96

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Leitura de poemas de Manuel Alegre
24-10-96

Ciclo "Percepções de África"
11/16-11-96

Exposição de pintura de Stela Barreto e Franco Charais
28-11-96

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A ABRIL EM MAIO
Inauguração de Fotografia de Giueseppe Morandi
21-11-96

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA/BIBLIOTECA MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA E FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT
Colóquio "que Democracia para o Século XXI"
30-10-96

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA/BIBLIOTECA MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA
Ciclo de colóquios " O Socialismo em Portugal"
21/27-10-96

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Protocolo de Geminação e acordo de Cooperação entre o Município de Loures e o Concelho executivo da cidade de Matola
09-11-96

Exposição de escultura de José Simão
09-11-96

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Inauguração da exposição colectiva de pintura e escultura de adjunto de Teresa Barbini e margarida Lino
12-10-96

CASA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
Apresentação do livro de Modesto Navarro "História do Nordeste"
11-12-96

COM. PROM. DA COMEM. CINQUENTENÁRIO DO MUD JOVEM EM COIMBRA
Programa público
09-11-96

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "CALÍGULA" de Albert Camus
08/09-11-96

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
Debate "Que segurança para a Europa"
30-11-96

EDITORIAL MINERVA
Lançamento do livro "Por que não fui Presidente da República" de Aristides Teixeira
7-12-96

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE GINÁSTICA
Sessão de Solene
20-11-96

FORUM SOCIAL
3.ª Jornadas
10-12-96

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Exposição de Alfredo Nogueira
12-10-96

Exposição de pintura de Luís Castro Lopo
02-11-96

Inauguração da exposição de Carlos Alberto Santos

GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração de exposição de pintura de Bengt Linstron
18-10-96

Exposiçao de pintura e escultura comemorativa do 10.° Aniversário
29-11-96

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
XV Congresso
6/7/8-12-96

PARTIDO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO
X Congresso
01/02/03-11-96

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Concerto no Mosteiro dos Jerónimos e recepção em honra do Corpo Diplomático.
05-11-96

O PÚBLICO E O CÍRCULO DE LEITORES
Sessão de lançamento do livro "Soares, Democracia" de Maria João Avillez
03-12-96

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE
Noite Musical
23-11-96

S.O.S. RACISMO
Debate "Políticas de imigração e racismo na Europa - Que respostas?
21- 12-96

OFERTA DE LIVROS À A25A

- **"Subsídios para a História da Educação Física na casa Pia de Lisboa"**
  Oferta do Provedor da Casa Pia de Lisboa
- **"O Jogo Estratégico na Gestão"**
  de Manuel Pedroso Marques
  Oferta do autor
- **"O Julgado de Margem e Longomel"**
  Oferta da Câmara Municipal de Gavião
- **"Kianda, O Rio da Sede"**
  de Álvaro Fernandes
  Oferta do autor

ASSOCIADOS FALECIDOS

MÁRIO DE CAL BRANDÃO

Sócio efectivo n.° 2484

JOSÉ JACQUES C. G. SILVA

Apoiante n.° 437

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (34)

Ao dedicarmos alguns artigos sobre a técnica e cuidados que devem presidir à marcação de chelems visamos desfazer a eventual confusão entre esses leilões e as provas de fosso olímpico! Isto é, procuramos que no seu bridge as marcações não sejam feitas "a tiro" e com irregular ou diminuta percentagem de acertar.

Algumas convenções podem transformar-se em meios técnicos preciosos na marcação destes contratos, como já vimos no último artigo e hoje vamos continuar a apresentar.

1 - OS 4 ♣ GERBER

A vox de 4 ♣, em resposta directa às aberturas de 1ST ou de 2ST, deve ser interpretada como uma pergunta ao abridor sobre o número de Ases que tem na mão.

A resposta do abridor, transformada em mensagem sobre quantos ases possui, é dada em "steps", tal como era utilizado no BLACKWOOD.

Assim:

4 ♦ - 0 Ases
4 ♥ - Um Ás
4 ♠ - 2 Ases
4 ST - 3 Ases
5 ♣ - 4 Ases

A voz de 5 ♣ ou de 5 ST, **utilizada pelo parceiro que desencadeou a convenção** GERBER, interroga, obviamente, sobre a existência de Reis na mão do abridor.

Esta convenção também poderá ser aplicada sempre que o abridor, não tendo aberto em 1 ST ou 2 ST, tenha um sebide natural naquelas marcações.

N	E	S	W
1 ♦	PASSO	1 ♥	PASSO
2 ST	PASSO	4 ♣ (a)	PASSO
4 ♠ (b)			

(a) – A voz de 4 ♣ não é mais do que o desencadear da convenção GERBER
(b) – 4 ♠ indica a existência de 2 Ases

A vantagem para se utilizar esta convenção advém do facto de a informação sobre o número de ases poder ser fornecida ao nível 4 do leilão e não ao nível 5, como é o caso quando utilizado o BLACKWOOD, e de deixar disponível a voz de 4 ST, sobre as aberturas de 1 ST, e de 2 ST, como leilão quantitativo e não como voz interrogativa de Ases.

A convenção que temos estado a analisar, criada por volta dos anos 30, teve um largo período em que foi "moda", tem vindo progressivamente a cair em desuso, sendo preterida em favor de outras soluções consideradas mais práticas.

Como as nossas "chorlas" sobre o bridge têm também uma componente histórica, não quiz deixar de referir a convenção em apreço, não devendo ser interpretada a sua pouca difusão como indicação de não utilização...

2 - O SPLINTER

Ao contrário dos 4 ♣ GERBER, a convenção conhecida como SPLINTER tem vindo a merecer uma utilização exponencialmente crescente, podendo afirmar-se ser hoje uma das mais praticadas, pelos jogadores de competição, em todo o mundo bridgístico.

É, na realidade, uma técnica de marcação agressiva e esclarecedora que permite, em regra, a obtenção de bons resultados e que recomendo vivamente como convenção a incluir no seu sistema, desde que usada com parcimónia e adequadamente.

A técnica do SPLINTER traduz-se numa marcação em duplo-salto dum novo naipe após o anúncio de um naipe pelo nosso parceiro e deve ser interpretada como:

– Fit de 4 cartas no naipe anunciado imediatamente antes pelo parceiro;

– Singleton no naipe do duplo-salto, aparentemente anunciado sem nexo;

– Certeza de partida e convite a chelem.

Vejamos um leilão em que S com a mão:

♠ R1094
♥ RD104
♦ AV93
♣ 5

utilizou a técnica do anúncio com SPLINTER.

W	N	E	S
PASSO	1 ♥	PASSO	4 ♣

Este é um exemplo clássico (standard) do SPLINTER e que evidencia claramente as vantagens de tal tipo de marcação e que podemos enumerar:

– Indica imediatamente a existência de um fit de 4 cartas;

– Identifica um singleton no naipe leiloado em salto o que, na prática, anuncia um controlo, no mínimo, à 2.ª (Pode ser controlo à 1.ª se a carta do singleton for um Ás);

– Permite, apenas numa voz, uma avaliação instantânea dos jogos em linha;

– Previne contra eventuais duplicações alertando para a existência de pontos "bons" ou de pontos "maus" (Se o abridor tiver a ♣ RV108 é óbvio que o R e o V em frente do singleton do parceiro são pontos "maus". Seriam "bons" se estivessem em ♦ ou em ♠ onde sabemos que o parceiro tem 4 cartas);

– É fácil de aplicar e de identificar e não colide com outra convenção ou leilão natural;

Não pretendo envolver-me em polémicas sobre a validade desta ou daquela convenção mas é evidente que o SPLINTER permite, apenas numa voz do leilão, a transmissão de uma carga significativa de informação ao parceiro.

Suponha que em S tinha a seguinte mão:

♠ A1084
♥ 4
♦ RD52
♣ RV107

e que o leilão fora:

W	N	E	S
1 ♥	2 ♦	PASSO	?

Com a mão em apreço que melhor voz a identificaria ao parceiro do que a utilização da técnica do SPLINTER?

Anuncie pois 3 ♥, que **é um SPLINTER**, preferencialmente ao anúncio de 2 ♥, que sendo um cue-bid e mostrando uma mão forte e sendo forcing para uma volta, não define **concretamente** o apoio de 4 cartas em ♦, nem o singleton a ♥ e não consubstancia o convite para chelem, como o faz a utilização do anúncio em SPLINTER.

É óbvio que ao decidir introduzir-se esta técnica no nosso sistema haverá que discuti-la com o nosso parceiro, por forma a limar arestas, desfazendo dúvidas e precavendo contra eventuais situações "cinzentas", que poderão ser mal interpretadas caso não tenham sido objecto de análise prévia

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

na rubrica em causa, que a verba se destina a apoiar o esforço armado da resistência. Recomenda-o o mais elementar bom senso.

Mas já parecem excessivos os escrúpulos com que todas as forças políticas, no parlamento e para o exterior, fizeram questão em vincar, que aquela verba, nunca por nunca, poderia ser encaminhada para o apoio à luta armada.

O laconismo, ou mesmo um prudente silêncio sobre os destinos das verbas atribuídas, satisfaria plenamente aquele bom-senso que ao Estado se recomenda.

As excessivas precauções em, pelo contrário, explicitar pela negativa o destino das verbas, parecem pôr em questão a legitimidade da resistência armada ou, no mínimo, o seu reconhecimento pela potência administrante que é Portugal.

E é aqui que algumas interrogações se tornam pertinentes.

Alguém duvida que, se não se mantivesse, há 21 anos, a resistência armada nas montanhas de Timor-Leste, há muito se teria deixado de falar no direito do seu povo à autodeterminação?

Poderá dar-se, à inclusão de Ramos Horta, representante da resistência maubere, nos agraciados com o Nobel, outra leitura que não seja um implícito reconhecimento pelo Comité Nobel, de que a Paz é mais do que a mera exclusão da guerra e que toda a luta pelos direitos e pela liberdade é um contributo para a paz?

Não foi exactamente por assim considerar que o presidente do Comité Nobel se referiu à "*guerra esquecida*"?

Não é verdade que o próprio bispo D. Ximenes Belo, no seu discurso em Oslo, reconheceu que "*(...) quando uma pessoa escolhe o caminho não violento, frequentemente acontece que ninguém presta atenção*"?

Será que, se não fosse a resistência armada contra a ocupação e opressão indonésia, pelo povo maubere, alguma vez este teria sido distinguido, nas pessoas de Ximenes Belo e Ramos Horta, com o Prémio Nobel da Paz?

Poderá ignorar-se que, aquele que foi por todos considerado o grande ausente/presente em Oslo, inclusive pelos responsáveis portugueses, Xanana Gusmão, se encontra encerrado nas masmorras de Swarto por ser o líder de um movimento que conduz, através das armas, a luta pela liberdade do seu povo?

Não foi o povo maubere sujeito, há 21 anos, a uma agressão armada brutal, não se tem essa agressão prolongado até hoje e exercido, sempre, através da violência armada?

Será que, perante essa agressão, o Estado Português não reconhece, ao povo maubere, o direito de resistir pela única forma que lhe resta, a luta armada?

Não reconhece o actual Estado Português, ao povo maubere, o mesmo direito de lutar contra o colonialismo indonésio que reconhece hoje aos povos que nas antigas colónias combateram o colonialismo português, o direito à resistência armada?

Como não integrar esse direito no n.° 3 do artigo 7.° da Constituição da República Portuguesa, através do qual "*Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e imperialismo (...)*" o que, na interpretação de Gomes Canotilho e Vital Moreira, legitima "*(...) o apoio de Portugal aos povos que lutam contra a opressão (...)*"?

Será, por último, que o próprio 25 de Abril, acção de resistência armada contra um opressor, não é reconhecido por todas as forças políticas representadas nos órgãos do Estado Português, como um acto justificado, um contributo para a paz e fonte legitimadora do regime democrático português?

Face a tantas interrogações e às responsabilidades que o artigo 293.° da Constituição continua a conferir a Portugal, como potência administrante de Timor-Leste, não se poder calar algum incómodo perante as categóricas afirmações que rodearam a inclusão da rubrica pró-Timor no Orçamento de Estado. E lamentar o gritante contraste entre a timidez das cautelas portuguesas e a frontalidade provocatória do Comité Nobel.

Faça-se, ao menos, a justiça de reconhecer que todo o clamor que agitou a opinião pública internacional à volta do nome de Timor-Leste só tem uma fonte inspiradora, e essa é a luta armada que um grupo de heróis inconformados continua a travar, nas condições mais adversas e carentes de qualquer apoio, mesmo daqueles que têm, no mínimo, o dever moral, para além do dever constitucional, de o prestar.

PEDRO PEZARAT CORREIA